



Ato =0.9/2022
Ata nº 8/2022
4 ^a Sessão Ordinária de 2022 - 1 ^a Mandato 2021-2025
Reunião de 26 de setembro de 2022Reunião de 26 de setembro de 2022
Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, em
cumprimento da convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil
e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão
Ordinária, no Auditório do Museu Municipal, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a
presidência da sua Presidente, excelentíssima senhora <u>Isabel Andrez Guerreiro</u> ,
coadjuvada por Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café, Primeiro Secretário da Mesa

coadjuvada por Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Ca	re, Primeiro Secretario da Mesa
NOMES DOS MEMBROS DA	FORÇA POLÍTICA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	TONGATOLITICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Ricardo Viana	Partido Social Democrata
Andreia Sousa	Partido Socialista
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves Partido Socialista	
Natalino António Gomes Alves	Partido Social Democrata
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco Esquerda
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz"
	(CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
Cristina de Sousa Velha	Partido Social Democrata
Patrícia Ferro	CHEGA
Cristiano Malha Gregório	Partido Socialista
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
Pedro Jorge Marques Moreira	Partido Socialista
Raquel Bernardino	Partido Social Democrata
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz"
	(CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)





Ricardo Cândido	PAN
Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira	Bloco Esquerda
Luís Filipe Custódio	CHEGA
Carlos Alberto Osório	Partido Socialista
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Maria da Luz Cabeça Garrancho Santana Nunes	Partido Socialista
Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	
Mónica Isabel Martins Fernandes-	Partido Socialista
Secretária do Executivo da Junta de Freguesia de Alvor	
José Vitorino da Silva Nunes –	Partido Socialista
Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	
Não estava procenta a coguinto deputada municipal.	•

NOMES DOS MEMBROS DA	Força Política
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente

NOMES DOS MEMBROS DA	Força Política	
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO		
Abílio do Carmo Lima	Partido Socialista	

------De acordo com o artigo 11º do Regimento da Assembleia Municipal, pediu Renúncia de Mandato na data de 21 de setembro de 2022, o senhor deputado municipal Abílio do Carmo Lima, pelo que foi chamado a assumir as funções de membro afetivo a senhora Andreia Filipa Muchacho de Sousa.

FORCA		PERÍODO	DATA	NOME DO
FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	DE UBSTITUIÇÃ	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO





PS	Sheila Tomé	1	26/09/2022	Cristiano Malha Gregório
CHEGA	Paulo Jorge Nascimento Canha	1	26/09/2022	Patrícia Ferro
PAN	Daniela Duarte	1	26/09/2022	Ricardo Cândido
PSD	Américo Mateus	1	26/09/2022	Raquel Bernardino
PSD	Carlos Martins	1	26/09/2022	Ricardo Viana

----- Apresentaram pedido de representação, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do artigo 18º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, os seguintes membros:

Força	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE	DATA	NOME DO MEMBRO
política		SUBSTITUIÇ	INÍCIO/FIM	SUBSTITUTO
		ÃO		
PS	Ivo Miguel Inácio	1 Dia	26/06/2022	Mónica Isabel Martins
	Carvalho		20/00/2022	Fernandes

------A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo:------

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Vice-Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vereadora – Partido Socialista
João Vasco Gambôa	Vereador – Partido Socialista
José Pedro Cardoso	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Ana Maria Chapeleiro Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador - CHEGA

-----Por Parte do Executivo da Câmara Municipal de Portimão não esteve presente: ------

Isilda Maria Prazeres dos Santos V. Gomes Presidente – Partido Socialista

3





-----Queria ainda, fazer a menção ao facto do senhor Deputado Municipal Abílio do Carmo Lima, que suspendeu o mandato por motivos de saúde há cerca de 5, 6 meses, apresentou agora a renuncia do mandato, nós, na altura, foi por questões de saúde, um problema de audição que teve e que se estava a agravar, e que lhe impedia de alguma forma a presença, isto é, a sua participação de uma forma mais ativa nesta Assembleia Municipal. Infelizmente, concretizou-se o agravar da doença, portanto não recuperou, e por esse facto veio pedir a renuncia ao mandato. Eu pedia, tendo em conta todo o trabalho que fez nesta Câmara Municipal ao longo dos anos como Vereador, todo o exercício de funções que exerceu enquanto autarca e agora também enquanto membro, ainda que por um curto período, membro da Assembleia Municipal, queria que realmente fizéssemos, prestássemos aqui uma singela homenagem ao nosso colega deputado municipal, e, portanto, um voto de congratulação, e penso que será unânime e que ninguém se irá opor. E ficava registado em ata, esse momento e essa congratulação, e desejar-lhe obviamente que melhore nessa situação médica e de saúde, e que melhore. Obrigada. Não sei se alguém quer dizer algumas palavras relativamente ao colega deputado municipal Abílio Lima? Mas eu queria que ficasse registado em ata este voto de congratulação por todo o trabalho que ele exerceu ao longo dos anos nesta Câmara Municipal, e agora como deputado. ----------- Queria também informar que obviamente isto tem consequências, e as consequências é que neste momento temos de saudar a presença da senhora deputada Andreia Sousa, agora já com caráter de efetividade, uma vez que quando comparecia cá era a título de suplente, substituindo um membro efetivo. Portanto, dou também as minhas boas-vindas à senhora deputada Andreia Sousa, que passará a efetiva. ----------Eu queria referir, e permitam-me fazer também este parêntesis, que é o seguinte: tenho na Mesa o senhor Professor Carlos Café, Professor de Filosofia, um homem respeitadíssimo na nossa cidade, e que recentemente no âmbito do seu trabalho profissional como professor, com uma turma do 10°L da Escola Secundária Manuel Teixeira Gomes, teve a iniciativa e fez uma petição à Assembleia da República, para que fosse instituído o dia dos jardins, como uma homenagem ao senhor arquiteto Ribeiro Teles, à data do seu nascimento, portanto no dia 25 de maio, portanto queria instituir o dia dos jardins. E dizer-vos que é com grande orgulho que é com grande orgulho que estou aqui, porque foi uma das petições a que assisti na Assembleia da República, na Comissão do Ambiente e que aliás fiz, coloquei algumas questões, e, portanto, congratular-nos todos nós, porque essa petição feita por essa turma, por esses alunos, que são alunos do Professor Carlos Café, conseguiu que fosse à Assembleia, portanto a plenário, e foi





-----Assim, começou por conceder o uso da palavra, ao primeiro cidadão inscrito, Alexandre <u>Silva</u> cuja intervenção se transcreve na íntegra: «Boa noite a todos aqui presentes, gostaria de agradecer a oportunidade que me foi concedida de vir manifestar a minha palavra, portanto o assunto que me vou referir de seguida, estabelece-se com a reabertura da Escola EB1 da Figueira, com a utilização daquele espaço para o equipamento de um pré-escolar, ou outras ofertas educativas a fim de servir aquela população em forte crescimento. Eu, Alexandre Silva, residente na localidade da Figueira, freguesia da Mexilhoeira-Grande, na qualidade de cidadão, e em representação de dezenas de pais residentes nesta localidade, venho por este meio apelar a esta assembleia. Segundo os últimos dados censos de 2021, verificou-se o aumento significativo do número de habitantes do concelho de Portimão. Como comprova os censos 2021, Portimão foi o concelho que mais cresceu em termos populacionais no Algarve, registando um aumento de 7,7%, ou seja, mais 4282 habitantes, com o total de 59896 residentes, tendo a freguesia da Mexilhoeira Grande, mais precisamente a localidade da Figueira, contribuído e muito, para este aumento populacional. Julgo que era algo muito previsível para todos, em virtude da crescente procura e posterior oferta habitacional. A localidade da Figueira, situada na Mexilhoeira-Grande, em muito contribuiu para este aumento, tendo registado um aumento populacional de 11%, ou seja, conta com um total de 4315 habitantes, à data dos últimos resultados. Segundo os últimos dados dos censos de 2021, verificou-se também o aumento de 7% da ocupação de alojamentos construídos para 3 ou 4 familiares. Não sendo a localidade da Figueira uma freguesia, torna-se difícil, mas não impossível reunir dados para que possamos apresentar provas de desenvolvimento e crescimento populacional da localidade. Contudo, resta-nos realizar um trabalho, quase de porta-a-porta, para podermos estar aqui a comprovar alguns dados específicos. Visto que os censos omitem publicamente esses dados em virtude de não se tratar de uma freguesia, mas sim de uma localidade, embora os números não sejam 100% comprováveis, não se torna difícil





saber quantos novos habitantes recebeu a localidade da Figueira, após a recente construção da urbanização da Encosta do Morgadinho. Urbanização esta que conta com 62 moradias geminadas na tipologia de T4 com possibilidade de transformação em T5, T6, ou mais, ou seja, habitações estas que funcionam em larga escala com o desenvolvimento habitacional e económico de uma freguesia. Falando de números em concreto, residem efetivo só nesta urbanização, aproximadamente 149 adultos, nas idades compreendidas entre os 18 e os 50 anos, crianças residentes unicamente nesta urbanização, nas idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos, são atualmente 68, ou seja, 21 crianças entre os 2 e os 4 anos de idade, 7 crianças com 5 anos, 8 crianças com 6 anos, 6 crianças com 7, 6 crianças com 8, e entre os 9 e os 14 existem 20 crianças. Existindo aproximadamente um total na localidade da Figueira, de 80 crianças, incluindo recém-nascidos, entramos recentemente num novo ano letivo, onde muitas crianças desta freguesia do concelho não tiveram entrada no pré-escolar público, o que obrigou muitos pais a colocarem os filhos nas IPSS, pré-escolar particular, afetando de forma drástica as dificuldades financeiras e laborais de muitos encarregados de educação. Nos últimos anos, tem se vindo a registar na população um aumento da dificuldade na colocação das crianças no ensino pré-escolar público, situação esta que não foge ao desconhecimento da Câmara, e muito menos ao partido socialista. Perante estes dados, existindo solução para este problema, eu próprio e dezenas de encarregados de educação da Figueira, questionamos a Câmara se não terá chegado a altura de ponderar a reabertura da antiga escola de EB1 da Figueira? Espaço público que outrora foi encerrado de forma muito pouco democrática, por não terem auscultado a população, visto que na altura do encerramento já existiam fortes indícios de crescimento da população na freguesia, nomeadamente na localidade da Figueira. Existem diversas opções para aquele espaço, nomeadamente, ou seja, a criação para o desenvolvimento do espaço de atividades de enriquecimento curricular gratuitas, como aliás existem noutras escolas do concelho, atividades de tempos livres públicas e gratuitas aumentando a oferta educativa e desta forma dando garantias para fixação de gerações futuras nesta freguesia. Não é colocando de lado o desconhecimento de quem utiliza este espaço atualmente, até porque merece de todos nós o maior respeito, e consideração, solicitase através desta Assembleia, que a Câmara tenha em conta a instituição que utiliza neste momento aquele equipamento. Para finalizar, em meu nome e de todos os encarregados de educação da Figueira, sem nunca esquecer as crianças de hoje, homens e mulheres de amanhã, agradecemos a vossa maior atenção e reflexão neste delicado assunto. Obrigado.» ---





Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal Isabel Andrez Guerreiro , agradeceu
a intervenção e informou que a petição será recebida, e depois será dada a resposta pelo
Executivo Municipal relativamente a essa matéria, e a Assembleia se assim o entender, os
senhores deputados discutirão essa matéria se assim o entenderem. Obrigada
Agora, passava ainda a uma questão administrativa, que é a questão das atas, e,
portanto, iria colocar à votação as seguintes atas, enviadas atempadamente para análise:
Em seguida, colocou à votação a ata nº. 3/2022 referente à 2ª. Sessão Ordinária de 2022,
realizada em 29 de abril de 2022
A ata no. 3/2022 foi aprovada por unanimidade
Em seguida, colocou à votação a ata nº. 4/2022 referente à 2ª. Sessão Extraordinária de
2022, realizada em 30 de maio de 2022:
A ata nº. 4/2022 foi aprovada por unanimidade
Em seguida, colocou à votação a ata nº. 6/2022 referente à 3ª. Sessão Extraordinária de
2022, realizada em 04 de julho de 2022:
A ata nº. 6/2022 foi aprovada por maioria
Em seguida, colocou à votação a ata nº. 7/2022 referente à 4ª. Sessão Extraordinária de
2022, realizada em 14 de julho de 2022:
A ata nº. 7/2022 foi aprovada por unanimidade
Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal <u>Isabel Andrez Guerreiro</u> , informou
que têm as moções e as propostas de recomendação. Eu tinha ainda um outro assunto, mas
penso que posso deixá-lo, porque não tenho aqui a documentação para distribuir, que era uma
informação que nos foi veiculada pela Câmara, um ofício, e que de acordo com a informação do
senhor diretor Ricardo Tomé, diretor do departamento de gestão e urbanismo, «dar
conhecimento da deliberação de Câmara nº. 209 deste ano, 6 de abril, à competente
Assembleia Municipal e CCDR e proceder à sua publicação e depósito nos termos do presente no
disposto no número quatro do artigo cento e vinte e um do RJIGT». Portanto, estamos a referir
o decreto-lei 80 de 2015 de 14 de maio na redação atual. Portanto, esta norma legal não
especifica que deve dar conhecimento à Assembleia Municipal, apenas e só dar conhecimento à
Assembleia Municipal. A minha interpretação é que não deve ser dado conhecimento aos
senhores deputados individualmente, mas ao órgão, Assembleia Municipal e, portanto, daria
conhecimento e distribuir-se-ia depois, ficava em ata. Senhor deputado, ainda bem que pôs
essa questão, que eu agora leio a deliberação





-----«A Câmara delibera aprovar nos termos do artigo setenta e oito» do nome do diploma que é uma sigla extensa, «e dos artigos cento e noventa e oito e cento e vinte e um número três do RJIGT, a proposta de alteração de adaptação do Plano Diretor Municipal de Portimão, que consiste no desdobramento da planta de ordenamento do PDM em duas novas plantas e na introdução de alterações no articulado do regulamento que se anexam à presente proposta de deliberação. -----------Os novos elementos estão acompanhados de relatório descritivo e justificativo que os fundamentam também em anexo. A aprovação destina-se à incorporação no Plano Diretor Municipal de Portimão das normas do plano de ordenamento e da orla costeira Burgau-Vilamoura e do plano de ordenamento da Albufeira e da Bravura. A proposta cuja aprovação agora se propõe em respetivos anexos, é transmitida à Assembleia Municipal nos termos do artigo cento e vinte e um número quatro do RJIGT: ------Determinar a transmissão para conhecimento da referida declaração acompanhada da proposta de alteração por adaptação do Plano Diretor de Portimão, alteração das plantas e do regulamento e o respetivo relatório descritivo e justificativo, assim como o teor da presente deliberação à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve nos termos do artigo cento e vinte e um número quatro do RJIGT; ------Remeter a declaração para publicação e depósito nos termos do disposto nos artigos cento e noventa e um número quatro alínea k) e artigo cento e noventa e quatro do mesmo diploma; ---Divulgar o teor da presente deliberação e respetiva documentação anexa nos termos do artigo cento e noventa e dois». Portanto, a parte que corresponde à Assembleia Municipal, é, determinar, portanto, dar conhecimento à Assembleia Municipal. ----------- A minha proposta, uma vez que isto não veio com distribuição a todos os deputados, é que fizéssemos o seguinte. Previsivelmente, nós não vamos terminar a nossa Assembleia Municipal hoje, portanto vamos ter duas reuniões e não só uma. Tendo em conta os tempos de intervenção e o período de informação escrita da senhora Presidente, deixávamos, eu dava conhecimento, distribuía para a próxima reunião e na próxima reunião quem quisesse fazer a intervenção faria. ----------- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/ Nós Cidadãos/Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano, para dizer que quer fazer agora a sua intervenção, se lhe der licença. ------------ O senhora Presidente, antes de mais, tenho que manifestar aqui a minha estranheza pelo procedimento que está aqui a ser seguido em relação a este assunto que a senhora está a





referir-se. Porque dada a natureza do assunto, eu, em primeiro lugar, tenho sérias dúvidas e estava aqui a abrir aqui a internet para ver, para consultar a lei, mas tenho sérias dúvidas que a Assembleia tenha apenas competências para ter conhecimento, porque tratando-se de uma alteração, ainda que por adaptação ao PDM e envolvendo nomeadamente uma alteração de um regulamento municipal, esse assunto teria que vir para deliberação à Assembleia Municipal, mas isto aqui eu estou a dizer aquilo que me parece de memória, não consultei a lei. E depois, parece-me um bocadinho inusitado que a senhora ponha essa questão aqui para conhecimento sem que os deputados municipais tenham acesso à documentação e sem que sequer tivesse sido dado conhecimento disso em conferência de representantes também, porque parece-me a mim que o assunto é suficientemente importante e tem alguma complexidade até, porque, enfim, não se trata de uma questão simples e sumária, tem lá uma complexidade, à laia de conhecimento, para ser aqui transmitida assim desta forma à Assembleia Municipal. Portanto, eu, enfim, reservo-me o direito de não tomar conhecimento de coisíssima nenhuma em relação a essa matéria, sem analisar esse documento, sem ver o que é que está em causa, se realmente a competência da Assembleia é deliberativa ou não nessa matéria, porque pelo menos de memória parece-me que será, e estranho muito e quero deixar aqui bem vincado, e estranho muito este procedimento em relação a um assunto desta natureza, e gostava de pedirlhe que houvesse algum cuidado de futuro em matérias desta natureza e desta complexidade, enfim, em dar conhecimento à Assembleia desta forma, porque realmente parece-me que não é o procedimento adequado. Disse. ------

----- Aquilo que eu posso referir relativamente a esta matéria, é que me foi dado conhecimento neste momento que havia esta comunicação. Eu assumo a responsabilidade toda enquanto Presidente da Assembleia Municipal, disto não ter sido dado na conferência de representantes, porquê? Porque não me foi posto na altura em cima da mesa e, portanto, este entrou em julho, nós temos Assembleia hoje e eu tive conhecimento hoje de que este documento estava aqui pendente. Não quis fugir à responsabilidade de vos dar conhecimento, mas tive o cuidado, e têm que me dar, fazer a justiça, tive o cuidado de vos dizer que o Período Antes da Ordem do Dia se vai prolongar e, portanto, iríamos à discussão das moções, permitiríamos a distribuição deste documento e discutiríamos o conhecimento deste documento, porque não nos é pedido qualquer





deliberação, é pedido só apenas conhecimento. E em função desse conhecimento, seria distribuído o documento amanhã e na próxima, na continuação desta, discutiríamos o conhecimento, porque não nos foi pedido para nós, e por isso não nos foi pedido para nós colocarmos na ordem de trabalhos como uma deliberação. Não nos pedem uma deliberação, e a lei e o que é pedido aqui, nos termos em que nos é pedido, na informação do senhor diretor, que assume a sua responsabilidade de conhecer a legislação, é dar conhecimento. É discutível, tudo é discutível, como sabe no direito tudo é discutível. ----------- Agora, o que é indiscutível, é que o senhor diretor municipal no ofício que subscreve e na informação que faz, diz que no teor da deliberação, é dar conhecimento à Assembleia Municipal, todos os outros procedimentos. Agora, se o senhor diretor exerceu ou não as competências devidamente, isso depois será discutido quando tomarem conhecimento. Era isso que eu queria dizer. Agora, se me permitem, o senhor Vice-Presidente tinha pedido a palavra e eu agora passava a palavra ao executivo, que terá alguma informação a dar sobre esta matéria. ----------- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer à senhora Presidente que acha que esse documento deve é ser retirado, porque na realidade esse documento primeiro vai à reunião de Câmara, e depois é que a Câmara vai deliberar para ser remetido à Assembleia. ----------- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **<u>Isabel Andrez Guerreiro</u>**, para dizer que ----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila, para dizer que não, não, mas foi à reunião de Câmara, mas tem que vir com a deliberação para dar conhecimento à Assembleia Municipal e, portanto, mesmo que tenha que o ser... desculpem lá, mas este documento primeiro tem que seguir os trémitos legais, e o senhor diretor se o fez, não o devia ter feito e, portanto, primeiro vai à reunião de Câmara e depois é que irá. Portanto, senhora Presidente, acho que esse documento deve fazer de conta que não esteve aqui, porque vai aguardar, primeiro tem que passar pela reunião de executivo.---------- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez** Guerreiro, para dizer que apenas está, e não diz mais vez nenhuma isto, a esclarecer os senhores deputados que recebeu uma comunicação dirigida à senhora Presidente da Assembleia Municipal, e a senhora Presidente da Assembleia Municipal tem a obrigação de dar conhecimento aos senhores deputados das comunicações que recebe, e fá-lo diariamente, praticamente





diariamente. Esta, por dizer conhecimento à Assembleia Municipal, não é conhecimento aos
senhores deputados municipais, é ao órgão municipal e, portanto, onde os serviços, ou onde a
Presidente falhou, era na não distribuição na comunicação, porque não me apercebi disso, foi-
me dado hoje
Agora, isso eu assumo a responsabilidade, é da minha competência, eu assumo a
responsabilidade. Se o senhor Vice-Presidente, Presidente em exercício diz que este assunto não
foi à reunião de Câmara e não tem que vir aqui neste momento
Interveio o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal <u>Álvaro Miguel Peixinho</u>
Alambre Bila, para dizer à senhora Presidente que o documento tem que ir à reunião de
Câmara para ser deliberado, ser remetido à Assembleia, e é assim que o vão fazer. é assim que
fazemos todos, o senhor diretor talvez por ser a primeira vez é que fez assim e, portanto, faz de
conta que este assunto eu também tenho que assumir a minha responsabilidade aqui e,
portanto, este assunto será retirado, senhora Presidente
Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz"
(CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano, para
perguntar se pode só colocar uma questão rápida? Qual é a deliberação 209/2022? À qual
aludiu
Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal <u>Isabel Andrez</u>
Guerreiro , senhor Vice-Presidente, eu tenho um pedido de palavra pelo senhor vereador e isso
eu sei que só o executivo é que poderá autorizar
Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Álvaro
Miguel Peixinho Alambre Bila, ó senhora Presidente, eu dava a palavra ao senhor vereador,
mas acho que este assunto tem que ser um não assunto hoje e, portanto, passamos à frente e
vamos seguir com as moções
Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal <u>Isabel Andrez</u>
Guerreiro, para dizer que o senhor Presidente em exercício entende que o ofício por não estar
subscrito por um membro do executivo e por não ter um despacho de algum membro da
vereação ou da senhora Presidente, não deve ser aceite pela Assembleia. É isso?
Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Álvaro
Miguel Peixinho Alambre Bila, muito bem. Virá, na próxima Assembleia logo será entregue
Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal <u>Isabel Andrez</u>
Guerreiro , para dizer que pronto, então é assim que fica





Senhor vereador só pode ter a palavra se o senhor Vice-Presidente aceitar, eu não lhe
posso dar a palavra, não sou eu que lhe dou a palavra, é o senhor Presidente em exercício
Interveio o senhor vereador da Câmara Municipal <u>Pedro Humberto Castelo Terras</u>
<u>Xavier</u> , para dizer que a senhora Presidente veio aqui transmitir-nos algo que é extremamente
grave, alguém mandou-lhe um email
Interveio a Presidente da Assembleia Municipal <u>Isabel Andrez Guerreiro</u> , para dizer ao
senhor vereador que não lhe autoriza o uso da palavra. Eu peço-lhe desculpa, eu não posso, o
senhor vereador tem o exercício da sua função como vereador na reunião de Câmara, fará e
dirigirá à senhora Presidente de Câmara
Interveio o senhor vereador da Câmara Municipal Pedro Humberto Castelo Terras
<u>Xavier</u> , para dizer que a senhora não lhe quer dar a palavra, não é? Muito obrigado. A senhora
não me quer dar a palavra
Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal <u>Isabel Andrez</u>
<u>Guerreiro</u> , para dizer que não é querer. Eu não posso!
Interveio o senhor vereador da Câmara Municipal <u>Pedro Humberto Castela Terras</u>
Xavier, para dizer que pode sim, pode sim. A senhora não me quer dar a palavra
Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal <u>Isabel Andrez</u>
<u>Guerreiro</u> , para dizer que não pode. O senhor vereador sabe tão bem isso como eu, não vamos
agora litigar sobre uma matéria que você sabe
Interveio o senhor vereador da Câmara Municipal Pedro Humberto Castela Terras
<u>Xavier</u> , para dizer que já lhe deu de outras vezes, se não lhe dá agora, é porque não quer
Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal <u>Isabel Andrez</u>
<u>Guerreiro</u> , para dizer que não, deu por autorização da senhora Presidente. Isso está em ata, se
está em ata, posso-lhe mandar as atas se quiser
Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD <u>Cristina Maria de</u>
<u>Sousa Velha</u> , para dizer que apenas queria reforçar, concorda com a posição aqui expressada
pelo senhor Vice-Presidente em exercício, o senhor Presidente em exercício do executivo, que
concorda e que além disso também lhe parece que o assunto não poderia ser nem na próxima
continuação desta sessão submetido ao seu conhecimento fosse o que fosse, porque tal
implicaria na sua modesta opinião uma alteração à ordem do dia, que para ser aceite teria que
ser aprovada por unanimidade dos membros





Interveio a Presidente da Assembleia Municipal <u>Isabel Andrez Guerreiro</u> , para dizer que
era no Período Antes da Ordem do Dia, a correspondência, isto é uma correspondência, não é
uma deliberação
Ficou com o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD Cristina
Maria de Sousa Velha, para dizer que era apenas expressar esta opinião e concordar. De
qualquer maneira, creio que teria sempre que vir. Obrigada
Em Seguida, informou que iria abrir o debate para a discussão e votação das
Moções/Propostas de Recomendação apresentadas pelas várias bancadas, declarando
abertas as inscrições relativamente, às Moções/Propostas de Recomendação , apresentadas
pelas várias bancadas, declarando abertas as inscrições relativamente, à Proposta de
recomendação - Alinhar as atividades de manutenção, horário e tarifário do "Vai e
Vem" (subscrita pela Bancada do PSD), cujo teor se transcreve na íntegra: « Na sequência
da concessão do serviço público de transporte de passageiros por modo rodoviário no Município
de Portimão, constatou o PSD de Portimão que há diversas deficiências, reconhecendo que
variadas têm relação com o desgaste natural das estruturas, assim como as atividades de
manutenção, horário e tarifário
Enfatiza o PSD de Portimão, ser preocupante este Serviço Público de Transporte de Passageiros
do Município de Portimão não estar a corresponder às expetativas dos portimonenses, pelo que
damos nota de algumas das vantagens inerentes à maximização da sua utilização:
Contribui para a diminuição do trânsito rodoviário e consequentemente reduz-se a emissão de
gases poluentes;gases poluentes;
Contribui para o aumento da segurança rodoviária, pela diminuição do tráfego rodoviário e bem
assim, promove a redução das ocorrências de acidentes;
Contribui para redução da poluição sonora;
Contribui para redução da pressão associada às necessidades de estacionamento
Este serviço deve estar disponível para todos os portimonenses, os habitantes, os trabalhadores,
e também todos os turistas e os demais que queiram utilizar a rede de transportes existente
neste Concelho
Existindo correlação entre a fraca utilização deste transporte, com as deficiências detetadas,
vem o PSD de Portimão recomendar ao executivo camarário do Município de Portimão que as
corrija com a máxima brevidade possível
Regista, o PSD, a necessidade premente do executivo camarário em que:
Preste toda a informação ao público no que respeita a horários e tarifários;





Retifique, dada a sua responsabilidade da afixação da informação ao público nos locais de
paragens obrigatória, a afixação mencionada e esta seja estendida a todos os locais de paragem
obrigatória;
Realize a manutenção do Serviço Público de Transporte de Passageiros Municipal "Vai e Vem",
nomeadamente nos abrigos, paragens e postaletes que se encontrem instalados nos locais de
paragem obrigatória previstos na Rede;
Damos nota das deficiências encontradas, no exemplo abaixo, que permite constatar a
dificuldade de identificação da paragem, impedindo a utilização do serviço
Salientamos que a correção das deficiências mencionadas acarretará benefícios para todos os
agentes económicos envolvidos, e que uma informação adequada permitirá:
o aumento do número de utilizadores do serviço de transporte;
o aumento da receita;
a diminuição do tráfego rodoviário
O propósito desta recomendação não é de apurar a responsabilidade pelas deficiências
encontradas, mas assegurar que estas serão sanadas, pelos seguintes motivos:
O Transporte Público Municipal é uma prioridade para a mobilidade dos portimonenses, ou
deveria ser com o apoio de uma estratégia de mobilidade do município;
Há dezenas de placas das paragens e postaletes sem identificação do nome do local de
paragem;
É difícil a consulta das rotas e horários, e essa informação está ausente nos locais de paragem
Assim, a Assembleia Municipal de Portimão, reunida a 27 de junho de 2022, recomenda ao
executivo camarário que:
a) Assegure, para transparência, a colocação das rotas e horários no site do município
(atualizado) para que qualquer utente esteja a um clique de distância destas informações;
b) Assegure a manutenção célere de todas as placas das paragens e postaletes que se encontrem
sem identificação do nome do local de paragem;
c) Capacite as paragens e postaletes de informação física relevante face a horários, rotas e
alternativas, assim como os contatos telefónicos de informação e urgência.»





-----Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD Ricardo Viana, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que não vai ler a recomendação, ela está disponível para todos os membros. ----------- No fundo, o que eu quero lembrar com esta recomendação, é que isto não é uma crítica, é uma recomendação como bem diz, e não é contra o que está a ser feito. Efetivamente, depois desta recomendação, houve alterações, houve melhoramentos, é verdade, temos que o reconhecer, o PSD não precisa de votos de congratulação para reconhecer as medidas que favorecem Portimão e os portimonenses, mas, no entanto, está a ser lento, e há aqui algumas questões que eu acho que devem ser agilizadas, que é, os postaletes efetivamente foram instalados, e que efetivamente é uma mudança para melhor, mas no fundo continuam lá a faltar os horários, que é o essencial. ----------- Eu durante este verão, eu resido na praia da Rocha e vi vários turistas a olhar para os postaletes, a tentar perceber se estava lá algum horário. Eles até bem queriam entrar no Vai e Vem, mas não sabiam os horários e, portanto, isto é uma falha. Instalaram os postaletes, não estou a dizer no mesmo dia, mas eventualmente nos dias a seguir devia ser logo instalado os horários para as pessoas saberem os horários e as alternativas que existem em Portimão relativamente aos transportes públicos. De resto, há aqui algumas questões que eu acho que deverá ser de uma discussão mais ampla, mas isto é para mais posteriormente, com alguns horários que já se reconhece que não estão adequados, eu já constatei, eu próprio, que há horários, que estabelecem horários muito curtos para o Vai e Vem efetuar aquele percurso e, portanto, eu duvido que a respeitar as regras de trânsito e a velocidade máxima, que um Vai e Vem consiga fazer percursos de onze minutos que eu fiz de carro sem parar e sem fazer entrada e saída de passageiros em onze minutos e quarenta e sete, mas isto a um sábado às duas da tarde sem trânsito. Portanto, num dia da semana duvido que consigam fazer dentro daquele percurso, daquele horário que está estabelecido, e é tudo senhora Presidente, disse. ----------- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PS Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que, de facto, o PS verificou esta recomendação do PSD e podia dizer-se que efetivamente esta proposta teria sido oportuna numa outra fase. Nesta fase, a adjudicação à nova concessionária já está feita, e as melhorias das condições de conforto e segurança e os novos Vai e Vem que existem, inclusivamente muitos deles elétricos, está em período experimental, assim como muitos dos horários e é esse se calhar o motivo por ainda não estarem fixados, e nem todas as





estações em que o Vai e Vem, portanto para estão concluídas. É um processo que demora algum tempo, temos que esperar, mas que de facto está em curso. -----------O arranque do novo contrato de transportes, a conclusão de práticas sugeridas já teve lugar, estão em curso e, por isso o PS fez o entendimento de que esta recomendação, sem prejuízo da sua motivação e de mais-valia, está ultrapassada no tempo, pelo que sugere que o PSD a retire. ---------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Viana**, para dizer que a senhora deputada do PS esquece-se que esta moção tem data de 22 de junho, e só estão a discutir agora, porque não se discutiu na Assembleia correspondente, e por isso não retira nada e não retira uma vírgula ao que está aqui escrito. Naquela data, fazia todo o sentido e, portanto, não tem culpa o PSD de não se ter discutido esta moção, esta recomendação na data que ela foi feita. Portanto, o PSD não retirará a recomendação. ----------- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a Proposta de recomendação - Alinhar as atividades de manutenção, horário e tarifário do "Vai e Vem" (subscrita pela Bancada do PSD), tendo sido obtido o seguinte resultado: ------

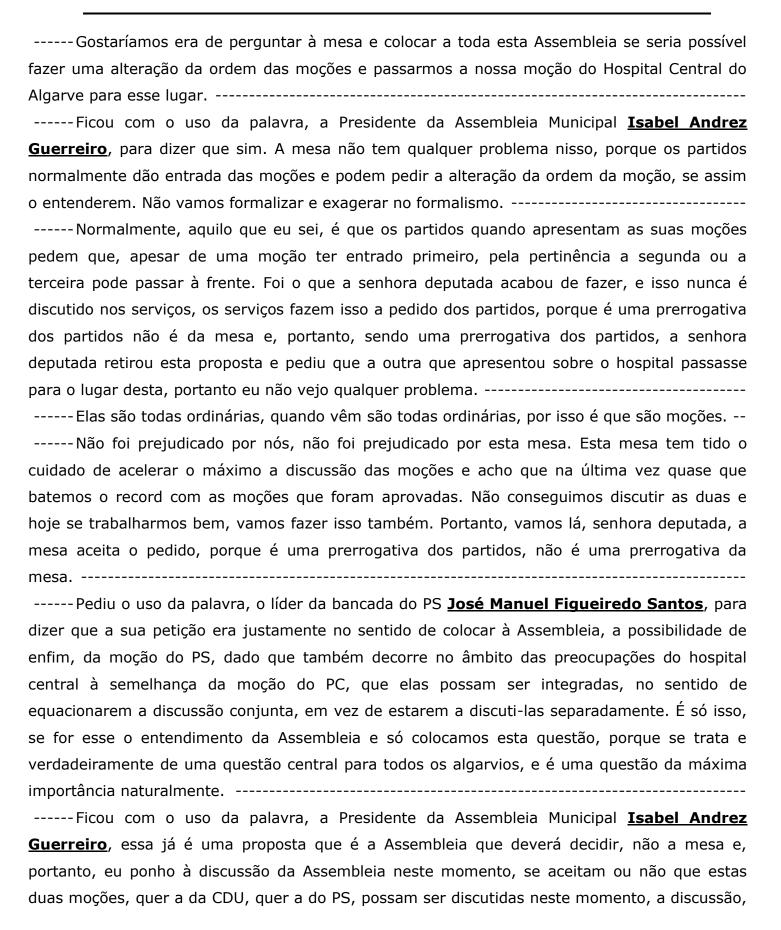
VOTAÇÕES	PS	PPD/	CHEGA	PORTIMÃO	BE	CDU	PAN	DEPUTADA	
VOTAÇOLS	гэ	PSD	CITEGA	+ FELIZ (*)	DL	(PCP/PEV)		INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS	0	5	3	2	2	1	0	0	13
A FAVOR	U	J	5	۷			U	U	13
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	1	0	1
	U	U	U	Ü	U		-	U	-
VOTOS	15	0	0	0	0	0	0	0	15
CONTRA	13	3	J	3	J	9	J	J	13

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). ------

Vales Melo Nogueira, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que pedem para retirar este voto de saudação, porque no seu entender está descontextualizado a nível temporal, apesar da CDU na altura não ter tido culpa de não se ter discutido este assunto.











a votação é separada. Senhora deputada da CDU, Lurdes Melo, quer apresentar a sua moção
sobre o hospital?
Ficou com o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) Maria de Lurdes
Sousa Vales Melo Nogueira, para dizer que com certeza
A Moção - Voto de Saudação à participação portuguesa nos Jogos Surdolímpicos,
foi retirada a pedido da Proponente
Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal <u>Isabel Andrez Guerreiro</u> , informou que se seguia para debate, a Moção – Hospital Central do Algarve - (subscrita pela bancada CDU(PCP/PEV) , cujo teor se transcreve na íntegra: «O Hospital Central do Algarve é há mais de 20 anos um projeto sucessivamente adiado, protelando-se a sua construção
Reconhecendo-se a importância deste projeto estruturante para toda a região, o que aliás está em consonância com o assumido pelos vários governos não se compreende porque ainda não se concretizou.
Pretende-se com este equipamento dotar o algarve de uma resposta com elevado grau de competência para prestar cuidados de saúde de qualidade numa região, reconhecida como destino turístico por excelência.
Estando em causa a prestação de cuidados de saúde a uma vasta população, que no verão triplica, o Hospital Central do Algarve já devia ser uma realidade
Em 2005 respondendo a uma pergunta formulada pelo Deputado José Soeiro na AR sobre a construção do Hospital Central do Algarve, o Governo informou que «O Ministério da Saúde já comunicou que serão cumpridas as promessas eleitorais».
O projeto percorre os governos do PSD e PS, e a 3 de maio de 2008 o governo PS anuncia o lançamento da obra para 2009, e a sua conclusão durante o ano de 2012. O pleno funcionamento estava reservado para 2013. Contudo, nada foi feito e ao contrário do que se perspetivava a obra não avançou.
Em 2011, o governo PSD/CDS-PP voltava a afirmar o Hospital Central do Algarve como uma prioridade nacional, ao mesmo tempo que lhe negava o financiamento, sem nunca resolver esta contradição
Em maio de 2013, era criado do Centro Hospitalar do Algarve (CHA), o que decorria apenas da fusão do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio e do Hospital de Faro, sem que daí viesse a resultar qualquer melhoria da prestação de cuidados de saúde à população
Em 2016, sob o governo PS, a construção do novo Hospital do Algarve não conhece quaisquer avanços, e deixa de ser uma obra prioritária. O governo limita-se a remeter o projeto para a legislatura seguinte.





A 29 de junho de 2018, a Assembleia da República aprovou o projeto de resolução no 1638/XII/3^a - Pela célere construção do Hospital Central do Algarve, da autoria do PCP que daria origem à Resolução da Assembleia da República n.º 247/2018 - Recomenda ao Governo a construção célere do Hospital Central do Algarve para a melhoria dos cuidados de saúde públicos na região algarvia. O governo por seu lado, nada fez, ignorando assim a resolução da Assembleia da República. ------A 26 de novembro de 2021, a Assembleia da República aprovou o Projeto de Resolução no 1515/XIV/3a., da autoria do PCP que deu origem à Resolução da Assembleia da República no 371/2021 de 28.12.2021. ------O PCP e a CDU têm acompanhado com muita preocupação a ausência ou insuficiência de respostas na prestação de cuidados de saúde na região do Algarve. ------Os contactos com a população e profissionais de saúde, e as incontáveis visitas que temos promovido com o objetivo de conhecer em detalhe as condições em que são prestados cuidados de saúde não deixam margem para dúvidas quanto à sua necessidade, tendo o PCP e a CDU intervindo sempre na procura de soluções.----Ainda recentemente, foi proposto no âmbito do Orçamento do Estado para este ano, a transferência de verbas para a revisão do programa funcional e elaboração dos projetos de execução de arquitetura e especialidades para a construção do Novo Hospital Central do Algarve. Tal proposta viria a ser rejeitada.-----Se o Plano de Recuperação e Resiliência, que tem servido de propaganda ao governo, se destina a implementar um conjunto de reformas e de investimentos, verificamos que o Novo Hospital Central do Algarve não consta da componente reforço da capacidade do Serviço Nacional de Saúde (SNS). ------Defendemos o direito à saúde, assegurado por um Serviço Nacional de Saúde universal em que os cuidados sejam prestados com qualidade e eficácia. ------A construção e gestão do Hospital Central do Algarve, num modelo integralmente público e provido dos profissionais necessários incorpora este entendimento. ------Nestes termos a eleita da CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV propõe que a Assembleia Municipal de Portimão reunida em 26 de setembro de 2022 delibere: ------Exigir o cumprimento da Resolução da Assembleia da República nº. 371/2021 de 28.12.2021 que recomendou ao Governo que desenvolva os procedimentos necessários para a Construção do Hospital Central do Algarve, garantindo um modelo integralmente público para a sua construção e gestão. ------Enviar esta deliberação para: Presidência da República, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Governo e Comunicação social.» ------





Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal Isabel Andrez Guerreiro , informou
que se seguia para debate, a Moção - Construção Hospital Central do Algarve - (subscrita
pela bancada PS), cujo teor se transcreve na íntegra: «A construção do Hospital Central
Universitário do Algarve é, há mais de 20 anos, um projeto continuamente prometido e
constantemente adiado
Este projeto, desde 2002 classificado pelo Ministério da Saúde como prioritário e apresentado
publicamente em 2008, continua por concretizar, com grave prejuízo para a Região
Pese embora as sucessivas iniciativas e interpelações feitas pelas mais diversas entidades locais
e regionais aso diferentes Governos, sobre a premência da concretização do projeto do Hospital
Central do Algarve, não se verificaram ainda novos desenvolvimentos no processo;
A construção deste equipamento central, devidamente dotado com todas as valências, permitiria
acolher com a dignidade e capacidade técnica os utentes da região, residentes ou turistas;
É fundamental inverter a tendência de crise estrutural no setor da Saúde na Região, que nos
últimos anos se tem vindo a acentuar, devido à escassez de médicos e, consequentemente, de
especialidades médicas nos Hospitais da Região;
Reconhecendo a grave situação do serviço Nacional de Saúde no Algarve, o Município de
Portimão tem vindo a desenvolver esforços para se constituir como um parceiro ativo na
resolução dos problemas que afetam o Centro Hospital do barlavento algarvio, nomeadamente o
Hospital de Portimão;
Como bem atesta o trabalho desenvolvido no combate à pandemia por COVID-19 com a criação
de um Hospital de Campanha, o apoio na aquisição e distribuição de equipamentos, no
acompanhamento de pessoas mais vulneráveis, e ainda a inclusão de 30 habitações destinadas
a profissionais de saúde na Estratégia de Habitação Municipal;
A indigitação do novo Ministro da Saúde, Dr. Manuel Pizarro, que muito saudamos, homem de
acão, conhecido pelo sentido prático das sua decisões e que os algarvios anseiam para que
nesta área se passe, urgentemente, das palavras aos atos
Pelo exposto, vem pelo presente a bancada do Partido Socialista com assento na Assembleia
Municipal de Portimão, propor a este órgão:
1. Deliberar recomendar ao Governo o cumprimento das diligências necessárias que assegurem
o procedimento para a construção e equipamento do novo Hospital Central do Algarve até ao
final do presente ano de 2022.»

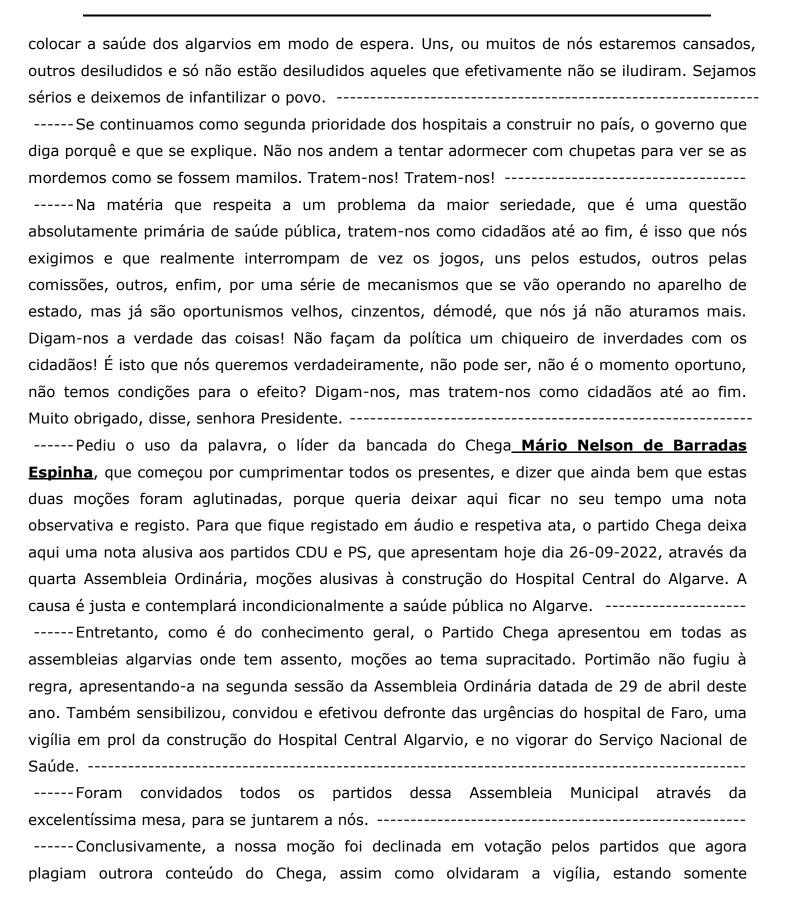




----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira, há vinte anos que todos esperamos pela construção do Hospital Central do Algarve, e achamos que só por falta de vontade política é que isto ainda não se concretizou. ----- A 26 de novembro de 2021 foi aprovado na Assembleia da República o projeto de resolução da autoria do PCP e que deu origem à resolução da Assembleia da República nº. 371/2021 de 28-12-2021. Portanto, todos nós vimos a assistir com grande preocupação à ausência ou insuficiência de resposta na exportação de cuidados de saúde na região do Algarve, defendemos a construção e a gestão do hospital do Algarve num modelo igualmente público e provido por profissionais necessários. Por isso propomos a esta Assembleia, que «delibere exigir o cumprimento da resolução anteriormente referenciada e que recomendou ao governo que desenvolva os procedimentos necessários para a construção do Hospital Central do Algarve, garantindo um modelo integralmente público para a sua construção e gestão». Muito obrigada. ------ Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que na verdade, não irão socorrer-se do teor da moção, esse é o que é, foi o que foi. Iremos tecer algumas considerações, naturalmente que não sendo marginais, também não são díspares relativamente ao assunto que está em causa. Vamos tentar fazer aqui, entrar, digamos, fazer aqui uma introdução geradora de alguma perplexidade, e questionar, enfim, se será desta feita que o Hospital Central do Algarve avança. ----- A primeira pedra para a construção do hospital, já há muitos anos foi lançada. O processo começou em 2002, era Durão Barroso Primeiro-Ministro e Luís Filipe Pereira o Ministro da Saúde. Chegou a ser escolhido o local, junto do estádio do Algarve, no Parque das Nações. Isto é uma espécie, enfim, de metáfora da segunda via do aeroporto nacional. ----------- Em 2006, com o PS no poder, Correia de Campos, aprovou uma lista de colocar o Hospital Central do Algarve como segunda prioridade dos hospitais a construir no país. Os anos passaram e em 2011, quando Pedro Passos Coelho assumiu o cargo de Primeiro-ministro, alegou não ter dinheiro para construir o hospital. Muito bem, era plausível que assim fosse. De lá para cá, a Ministra da Saúde, obviamente sem os comentários agora do nosso caríssimo da bancada do PSD, a Ministra da Saúde Marta Temido, afirmava que eram necessários estudos para avançar na construção do hospital, depois de todos os deputados eleitos pelo Algarve terem votado por unanimidade a decisão para que o governo assegurasse até ao final de setembro que o hospital seria construído. Não nos perguntem que setembro. ----------- Depois da primeira pedra já lançada, seria então desejável lançar uma segunda, mas agora uma pedrada no charco, que manifestasse realmente o nosso profundo desagrado ao governo por











representada pelo partido organizador. Reprovam-se e lamentam-se atitudes menos dignas em democracia. ----------- Que critério e sensatez em reprovar moções de oposição e mais tarde levá-las a aprovar? Contudo, o Partido Chega irá votar positivamente nas moções da CDU e PS, com o tema Hospital Central do Algarve, porque foram sempre os nossos desígnios políticos em prol dos melhoramentos e do bem-estar social agredido. Muito obrigado. ----------- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que lhe apetece dizer que esta moção especialmente vinda do PS, é um puro exercício de hipocrisia política. Isto porquê? Porque estão aqui sentadas pessoas desde 2013, coincidimos nos mandatos, e desde 2013 nunca ninguém se preocupou. ---------- A situação da saúde no Algarve e especialmente em Portimão já era caótica, sempre foi, e nunca houve necessidade de apresentar moções a instar a construção do hospital central. Aliás, ainda sou do tempo em que a senhora Presidente dizia aqui que as interpelações faziam-se com SMS que começavam por bom-dia António. Portanto, muito avançamos e quero felicitar a bancada do PS nesse sentido, de resto, já abandonaram as SMS do bom-dia António e já passámos à formalidade de uma moção apresentada em Assembleia Municipal. Parabéns! -----------Em segundo lugar, gostava sim que concretizassem, uma vez que escrevem aí na moção que houve iniciativas e interpelações feitas pelas entidades locais e regionais, gostava que concretizassem o que é que o executivo do PS, que vocês suportam, fez nesse sentido. E termino dizendo que, de facto, esta moção, para além de ser hipocrisia política, é no mínimo fantasiosa, porque só uma pessoa que não conhece o código dos contratos públicos, diz que é possível fazer aqui démarches e ter um concurso concluído para instalação do hospital central até ao fim deste ano. Portanto, estas diligências que asseguram o procedimento até ao final de 2022, quando estamos praticamente no final de setembro, são no mínimo fantasiosas. Disse. --------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD Natalino António Gomes Alves, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que só queria dizer duas ou três palavras em relação a esta questão. Primeiro, é com agrado que o Partido Social Democrata, vê os dois partidos que tiveram alguma preponderância nos últimos governos do país, se juntarem mais uma vez em prol desta moção. Coisa que o Partido Social Democrata sempre defendeu, e devo-lhe dizer que a primeira pedra que foi lançada no hospital, foi em 2002, era então o senhor Secretário de Estado um algarvio e um portimonense. E disse bem, o











		PSD		+ FELIZ (*)		(PCP/PEV)		INDEPENDENTE	
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	0	29
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). ------

do PS), tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/	CHEGA	PORTIMÃO	BE	CDU	PAN	DEPUTADA	
VOTAÇOLS	ro	PSD	CHLGA	+ FELIZ (*)	DL	(PCP/PEV)		INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS	15	5	3	0	2	1	1	0	27
A FAVOR	13	3	3	U	2			U	21
ABSTENÇÕES	0	0	0	2	0	0	0	0	2
	U	U	U	۷	U	U	U	U	2
VOTOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CONTRA	U	U	U	U	U	U	U	U	U

Paragem localizada junto a sinalética de "Proibição de parar e estacionar" (Imagem A e C)------Paragem localizada atrás dos depósitos de resíduos da EMARP e ETAR (Imagem B e C)------





Relocalizar o local de paragem designada "Finanças" sita na Rua dos Bombeiros Voluntários, recuando 10 metros o local de paragem de forma a mitigar as anomalias detetadas e viabilizar de forma simples a correção do problema.»----------Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD Raquel Bernardino, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que acerca da localização de determinadas paragens de Vai e Vem, e sabe, pode parecer corrigueiro o PSD ter batido o pé em tantas questões do Vai e Vem, mas aqui estão, a bancada do PSD vem demonstrar o desagrado, no sentido em que: torna-se desumana a colocação de paragens de Vai e Vem junto de caixotes do lixo, como é o caso que nós mostramos em anexo, da paragem nas finanças. Isto demonstra alguma falta de bom senso digamos na questão do zelo do Vai e Vem, ou seja, a prioridade que o executivo tem dado ao Vai e Vem.------------Sabemos, portanto, que esta paragem fica anexa a uma escola secundária, onde diariamente temos alunos, trabalhadores e docentes, estimado mais ou menos no número de dois mil pessoas, em que centenas delas poderiam usar este transporte e acaba por ser um péssimo cartão de visita.--------- Dizem-me os senhores, entretanto a paragem foi relocalizada, passado o prazo aqui da nossa recomendação, não obstante, foi relocalizada três metros. Ora, portanto, falemos agora de mobilidade e de quem tem falta dela, que muitas vezes são esquecidos, mas isso nós já estamos habituados. No caso de pessoas com mobilidade reduzida que queriam aceder àquela paragem, das duas uma, como não há um espaço de estacionamento específico para o Vai e Vem naquele local, ou passa por cima de carros que estejam lá estacionados, que nós sabemos que não é propriamente uma facilidade, ou então vai fazer uma prova de obstáculos pelos caixotes da ilha ecológica, que também não deve ser muito agradável, para além de que mesmo pessoas que não tenham problemas de mobilidade, acabam por levar ali aquele perfume matinal ou seja a que horas for, também muito agradável. -----------Para finalizar, gostávamos então, ainda, de fazer uma menção a uma paragem que não se encontra aqui na nossa moção, mas que também é outro caso de paragens que se encontram ainda num estado lamentável, que é uma paragem específica na rua Jaime Banho Dias Cordeiro. Para quem não conhece, que eu também não conhecia, é perto da Forportil, onde não existe seguer passeio para as pessoas realmente fazerem uso deste serviço de Vai e Vem, e então, portanto, consideramos que estas são indicações que merecem a nossa atenção aqui na Assembleia, no sentido de melhoria de comodidade dos portimonenses, que não nos podemos



esquecer que antes de qualquer oposição que estejamos aqui a fazer, estamos a falar da



comodidade e bem-estar dos nossos cidadãos, que acho que é o principal interesse de todos vós. ------- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **José Pedro Cardoso**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e referir que relativamente a esta proposta de recomendação, só dizer o seguinte. Ela já tinha dado entrada na anterior Assembleia Municipal e, de facto, tendo tido nós conhecimento, ela já foi, este postalete já foi deslocalizado para dez metros antes da localização onde estava, no sentido oposto ao que o Vai e Vem segue, de forma de facto a conseguir recolher os passageiros antes da ilha ecológica. ------------Já agora, sobre o Vai e Vem dizer aqui uma coisa. O Vai e Vem como toda a gente conhece, é uma rede extensa e que cobre quase todo o território do município, sendo que em muitos dos sítios onde o Vai e Vem tem que parar, de facto, eu conheço o postalete e a paragem da rua Jaime Dias Cordeiro, passo lá todos os dias, e de facto, é uma zona que não está urbanizada, não tem infraestruturas e de facto também não tem aquele passeio feito. Futuramente deverá ter aquele passeio feito, não há-de ser o a única paragem de Vai e Vem que não tem um passeio feito, mas nesta fase, é prioritário ter a paragem que serve as pessoas e que é necessário existir e posteriormente haverá a necessidade de melhorar essa questão relativamente à mobilidade. -----------Já agora, dar também uma informação relativamente aos horários, no âmbito da anterior recomendação. Os horários estão a ser colocados. Como vocês sabem, o período de transição do Vai e Vem foi encurtado para um mês, pelos motivos que aqui já foram explicados. Portanto, uma operação em que temos quinhentos postaletes, e todos eles foram alterados e estão a ser alterados, e acho que são postaletes muito bons e muito dignos. Aliás, tivemos o cuidado de colocar nesta fase de transição em que os horários não estavam colocados nos postaletes e só nos abrigos QRcode, para que quem estivesse nas paragens pudesse com o telemóvel aceder aos horários. Há afinações de horários que ainda estiveram a ocorrer este mês e o mês passado, portanto vai haver impressão de novos horários para ir para os postaletes. Isto é um período de transição, estamos no primeiro mês de uma operação de nove anos, é normal que tenha estas vicissitudes, mas está a decorrer com normalidade e os horários também vão estar colocados em breve. Obrigado. -----------Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PS Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves, o PS apenas em relação a esta recomendação e depois das palavras do

senhor vereador que concretizaram, portanto, as alterações que entretanto foram feitas e que estão em curso, porque estes novos percursos também de Vai e Vem exigem de uma forma





VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	3	2	0	1	1	0	12
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	2	0	0	0	2
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	0	15

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

tem sido assim. ------Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/

----- Interveio a Presidente da Assembleia municipal Isabel Andrez Guerreiro, para dizer que

Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que não, não tem sido. Vamos discutir agora a segunda moção do Partido Socialista.

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, e porquê? Senhor deputado, porque discutimos duas moções que foi aprovado por





esta Assembleia que seriam discultuas em conjunto. Não vamos agora, porque seriao tem que a
mesa suspender os trabalhos para ir fazer a organização das moções, permita-me que lhe diga
isso. O critério é o critério dos serviços, foram os serviços que organizaram as moções. Ó senhor
deputado
Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/
Nós Cidadãos/Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano , o critério seguido pela mesa
da Assembleia nunca foi esse. Não, não, vá ver as atas! É fácil
Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal <u>Isabel Andrez</u>
<u>Guerreiro</u> , para dizer ao senhor deputado que o critério tem sido sempre o mesmo, os serviços
organizam a entrada de acordo com a data de entrada. A mesa não teve qualquer intervenção,
obviamente e é por isso que eu estou a referir o que estou a referir
Senhor deputado, fica aqui exarado o seu descontentamento, mas vamos seguir com esta
organização se me permite!
Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal Isabel Andrez Guerreiro , informou que
se seguia para debate, a Moção - Implementação da figura do Provedor Municipal do
Animal - (subscrita pela bancada PS), cujo teor se transcreve na íntegra: «Considerações
preliminares:
Na sociedade contemporânea, é já pacífico o reconhecimento da natureza dos animais enquanto
seres vivos sencientes, bem como o imperativo ético da adoção de medidas dirigidas à sua
proteção. Também na sensibilidade atual da cultura portuguesa, a necessidade de medidas
destinadas à proteção dos animais, face a atos de crueldade e maus-tratos, tem colhido
consensos cada vez mais amplos
Dir-se-ia que uma ação política que vise associar-se às medidas criadas para proteger animais de
companhia, que têm como objetivo "melhorar a política pública, em matéria e bem-estar animal,
saúde pública, segurança e tranquilidade das populações", só poderá ver, na criação da figura do
Provedor Municipal do Animal, uma via privilegiada de interação entre os cidadãos e o Município
A figura do Provedor do Animal deve, assim, ser ponderada em termos da vantagem efetiva da
sua criação, na gestão pública autárquica, como forma de aproveitar a cooperação e a sinergia
dos organismos da administração direta e indireta do Estado, do poder local, das autoridades
judiciárias e policiais, das associações representativas do sector, dos movimentos de proteção
animal, dos detentores de animais e de todos os cidadãos
Suporte jurídico-político atual:
Tendo como suporte o Decreto Regulamentar n.º 3/2021 de 25 de junho, do qual se extrata que:





"No plano nacional, a legislação atinente ao bem-estar animal tem-se densificado, sobretudo, através da transposição de diretivas da União Europeia relativas ao transporte de animais para abate, explorações pecuárias, experimentação animal, parques zoológicos e da Convenção Europeia para a Proteção dos Animais de Companhia.-----Em 1995, foi aprovada a Lei n.º 92/95, de 12 de setembro, conhecida como Lei de Proteção aos Animais, proibindo todas as violências injustificadas contra animais, considerando como tais os atos consistentes em, sem necessidade, se infligir a morte, o sofrimento cruel e prolongado ou graves lesões a um animal. Esta lei, resultante de uma iniciativa de todos os grupos parlamentares e aprovada por unanimidade, foi a primeira a debruçar-se de forma sistemática sobre a temática do bem-estar animal. No entanto, não prevê sanções para a violação das suas disposições.-----O <u>Decreto-Lei n.º 276/2001</u>, de 17 de outubro, na sua redação atual, estabelece, por seu turno, as normas tendentes a pôr em aplicação em Portugal a Convenção Europeia para a Proteção dos Animais de Companhia e um regime especial para a detenção de animais potencialmente perigosos. Esta Convenção tem como génese o reconhecimento, pelos Estados-Membros, da obrigação moral de respeito que impende sobre o homem em relação a todas as criaturas vivas e dos laços particulares existentes entre o homem e os animais de companhia, bem como a contribuição destes para a qualidade de vida e, por consequinte, do seu valor para a sociedade. Para além de elencar um conjunto de princípios fundamentais para o bem-estar dos animais, a Convenção refere, como sentimento que acresce à dor e ao sofrimento, a angústia, que se relaciona com a antecipação psicológica daqueles.-----É, ainda, de salientar a aprovação da Lei n.º 69/2014, de 29 de agosto, cujo regime sancionatório foi alterado pela Lei n.º 39/2020, de 18 de agosto, e que incluiu expressamente no Código Penal a proteção do bem-estar animal, criminalizando os maus tratos e o abandono dos animais de companhia, representando um marco significativo na evolução da proteção penal destes animais e dando cumprimento, ao fim de quase duas décadas, ao plano inicial do legislador português, traçado em 1995, no primeiro diploma de proteção animal.-----Já em 2016, a Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, também aprovada por unanimidade, veio prever medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais e proibir o abate de animais errantes como forma de controlo populacional, adequando as políticas públicas de controlo de animais errantes que estavam, até então, mais concentradas no combate à disseminação de doenças e aos acidentes provocados pelos animais, às conclusões da

Organização Mundial de Saúde e da Organização Mundial da Saúde Animal de que a presença de





animais nas ruas se origina principalmente do excesso de nascimentos e que as politicas de
captura e abate não produziam efeitos positivos na redução da densidade populacional canina.
Por conseguinte, decidiu o Estado Português dirigir as suas preocupações para a questão da
superpopulação e consequente abandono, atuando de forma preventiva
Outro incontornável marco no nosso ordenamento jurídico nesta matéria foi a Lei n.º 8/2017,
de 3 de março, que veio estabelecer um estatuto jurídico dos animais, alterando o Código Civil, e
reconhecendo-os enquanto seres vivos dotados de sensibilidade e objeto de proteção jurídica em
virtude da sua natureza, de forma a responder ao consenso alargado em relação à necessidade
de dotar os animais não-humanos de um estatuto jurídico que reconheça as suas diferenças e
natureza, quer face aos humanos, quer face às coisas inanimadas, que se revelou consensual
também no quadro parlamentar, dando resposta ao ativismo cívico de muitos milhares de
portugueses
É neste quadro de evolução legislativa, através do qual se foi procurando dar resposta às
crescentes exigências da sociedade na sua relação com os animais, e também na convicção da
necessária convergência da atuação da Administração Pública com as melhores práticas
internacionais neste domínio, que o XXII Governo Constitucional inscreveu no seu programa a
criação da figura do provedor do animal
A Lei do Orçamento do Estado para 2021, aprovada pela <u>Lei n.º 75-B/2020</u> , de 31 de
dezembro, na sua redação atual, veio, por seu turno, prever que o Governo deve criar o regime
jurídico deste órgão singular e desprovido de competências executivas, com a missão de garantir
a defesa e a promoção do bem-estar animal
Assim, consagram-se requisitos que visam um alto nível de isenção e imparcialidade do provedor
do animal, ainda que permitindo a acumulação de funções com outras atividades compatíveis,
considerando a natureza não executiva deste órgão". Neste contexto, a bancada do PS, na
Assembleia Municipal de Portimão dá, como oportuna (à semelhança do articulado produzido, no
respetivo decreto, que aborda matérias que vão da Missão à publicitação e acesso, da
provedoria), a criação do Provedor Municipal do Animal, na Câmara Municipal de Portimão, nos
seguintes termos:
Objeto
1 - O cargo que deverá ser instituído, enquanto órgão singular, dotado de autonomia
administrativa, prosseguindo a sua missão de forma isenta, autónoma e imparcial;
Missão
1 - Terá, como preocupação central, a defesa e a promoção do bem-estar animal, promovendo





uma atuação mais eficaz e coordenada com a autarquia e o Estado, neste domínio,
nomeadamente através do acompanhamento da atuação dos poderes públicos no cumprimento
da legislação aplicável, no sentido de contribuir para a boa administração
Cooperação
1 - Exercerá a sua atividade cooperando com a atuação dos serviços integrados na esfera da
Administração Pública no exercício de competências em matéria de bem-estar animal
2 - Prosseguirá a sua missão em colaboração com os organismos da Administração Pública,
associações, instituições ou outras entidades cujo objeto constitua a promoção do bem-estar
animal, sempre que tal seja profícuo para o cabal cumprimento da sua missão
Competências:
1 - Receber queixas e sugestões relativamente à atuação de sujeitos privados ou de poderes
públicos em matéria de bem-estar animal;
2 - Encaminhar à Câmara Municipal a informação que receba sobre situações que coloquem em
risco o bem-estar animal, indicando a legislação aplicável e observando o disposto no
Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016,
relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e
à livre circulação desses dados, e na <u>Lei n.º 58/2019</u> , de 8 de agosto;
${\bf 3}$ - Emitir pareceres e recomendações, no quadro da sua missão e competências, por iniciativa
própria, na sequência de queixas e sugestões recebidas ou a pedido dos membros da Câmara
responsáveis pela área do bem-estar dos animais, no âmbito das respetivas competências e
observando o disposto no Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho,
de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao
tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, e na Lei $n.^{\circ}$ 58/2019, de 8 de
agosto;
4 - Contribuir para que o bem-estar animal seja considerado na definição e na execução das
políticas da autarquia;
5 - Assinalar à autarquia as deficiências normativas que identificar, emitindo recomendações
para a sua interpretação, alteração ou revogação, ou sugestões para a elaboração de nova
regulamentação enquadrada na legislação em vigor;
6 - Informar os cidadãos, os operadores económicos e as associações representativas de
proteção animal sobre a legislação aplicável em matéria de bem-estar animal;
7 - Desenvolver estudos em matéria do bem-estar animal com base nos dados recolhidos junto
das entidades competentes para a sua produção;





8 - Propor, à autarquia, medidas necessárias à prevenção de riscos suscetíveis de pôr em causa o
bem-estar animal;
9 - Elaborar um relatório periódico sobre a sua atividade e sobre a situação do bem-estar animal,
a nível municipal;
10 - Promover e colaborar em ações de formação, em seminários e eventos similares, em ações
de demonstração, informação e sensibilização e em publicações sobre a temática do bem-estar
animal;
11 - O Provedor Municipal do Animal, no desenvolvimento da sua atividade, deve ter em
consideração os contributos das organizações da sociedade civil, em especial dos operadores
económicos e das associações locais, representativas de proteção animal;
12 - A aprovação de atos regulamentares, com eficácia externa, em matéria do bem-estar
animal, por parte do executivo deve ser precedida de audição do Provedor do Animal, que se
pronuncia no prazo de 10 dias úteis, sobre os mesmos;
13 - Previamente à emissão de recomendações no âmbito da sua missão e competências, o
Provedor Municipal do Animal deve ouvir as entidades visadas, permitindo-lhes que prestem
todos os esclarecimentos necessários
No domínio da cooperação
1 - O Provedor Municipal do Animal, no desenvolvimento da sua atividade, colabora com as
entidades competentes em matéria do bem-estar animal visadas por queixas ou sugestões,
procurando alcançar as soluções mais adequadas nas situações a corrigir;
2 - As entidades locais, competentes em matéria de bem-estar animal devem prestar toda a
colaboração que lhes seja solicitada pelo Provedor Municipal do Animal, no desempenho da sua
missão e competências;
3 - As entidades visadas devem dar resposta às recomendações do Provedor Municipal do Animal,
emanadas no quadro da sua missão e competências, no prazo de 30 dias, através de um parecer
circunstanciado com especial incidência sobre as medidas adotadas ou, se for caso disso, com a
adequada fundamentação para a sua não adoção
Como forma de criação
Competirá ao executivo Municipal, deliberar sobre a criação e a instituição em concreto da figura
do Provedor Municipal do Animal
Como forma de designação
1 - O Provedor Municipal do Animal é proposto pelo Executivo Municipal e sujeito a confirmação
da Assembleia Municipal por votação, por maioria simples, da Assembleia Municipal





Perfil ------O Provedor Municipal do Animal deverá ser escolhido de entre pessoas que ofereçam garantias de idoneidade, independência, experiência e competência notórias para o desempenho das funções, de reconhecido mérito académico ou profissional, credibilidade e integridade pessoal e com atividade profissional ou académica na área do bem-estar animal;------2 - O Provedor Municipal do Animal exerce as suas funções em regime de voluntariado, decorrendo, das mesmas, o pagamento de encargos de representação e ou deslocação, decorrentes do exercício do cargo;------4 - O despacho de designação é publicado no Diário da República, sendo publicitado, no prazo de 10 dias após a publicação, acompanhado de nota curricular e de declaração de ausência de conflito de interesses do designado, nos sítios na Internet do Município, e dos serviços locais com competências em bem-estar animal.------Duração do mandato------1 - O mandato do Provedor Municipal do Animal é de quatro anos, renovável, por uma vez, por igual período de tempo.------2- O término do mandato do Provedor do Animal deverá coincidir com a mudança de executivo e da composição da Assembleia Municipal, resultante da realização de eleições.-----1 - No exercício das suas funções, o Provedor Municipal do Animal é coadjuvado a nível de recursos financeiros, técnicos e logísticos assegurados pela Câmara Municipal de Portimão.-----1 - Os meios de contacto e de apresentação de sugestões e queixas ao Provedor do Animal, bem como os pareceres, recomendações e relatórios por si produzidos são disponibilizados no respetivo sítio na Internet.-----Considerações finais------Com base nestes pressupostos, os eleitos pelo Partida Socialista de Portimão, para a respetiva Assembleia Municipal, deliberam propor ao executivo permanente da Câmara Municipal de Portimão a criação da figura do Provedor Municipal do Animal, com a missão de garantir a defesa e a promoção do bem-estar animal no concelho.»---------- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS José Manuel Figueiredo Santos, para dizer que vai ser absolutamente breve, sintético, uma vez que esta matéria já foi palco de discussão, as diferentes forças políticas já se manifestaram também nessa matéria e verdadeiramente o que o PS procurou fazer, foi encontrar aqui uma mediação orgânica, que





desse, que conferisse sustentabilidade política à esfera da defesa da vida animal e só. Muito obrigado. ---------- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD Cristina Maria de Sousa Velha, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que, para já, também um bocadinho ao lado desta recomendação, mas gostaria de lamentar mais uma vez a ausência da senhora Presidente, que são já ausências seguidas, muitas e que esta bancada não consegue deixar de notar essas ausências e provavelmente irão tomar alguma medida, enfim, em relação a isso no futuro. ---------- Agora, quanto a esta recomendação, particularmente sinto-me muito feliz por ela estar aqui e por finalmente o PS ter abraçado esta causa, até porque já no mandato anterior eu já defendi também esta posição e a criação desta figura, por isso estamos aqui, a bancada do PSD é favorável a isto, entende que isto é realmente uma necessidade, e pronto e de momento apenas para nos congratularmos por isso e lembrar que isto já vem de mandatos anteriores e que ----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN Ricardo Cândido, posto isto e olhamos à moção, existem aqui alguns pontos que achamos que mereceriam alguma alteração, nomeadamente que a figura do provedor será um cargo de voluntariado, que se olharmos às competências que são necessárias e a todo o trabalho que necessita de executar, não nos parece que seja uma posição para estar a fazer de voluntariado, ainda que sejam feitos os pagamentos de deslocações, ainda assim acho que deveria ser um valor que deveria ser remunerado, sendo que, no nosso entendimento, essa remuneração pode vir de receitas que no futuro um regulamento de bem-estar e proteção animal possa aplicar através de coimas para não onerar o município. Já tínhamos defendido isto anteriormente e também olhamos à própria forma de designação, o provedor ser proposto pelo executivo, achamos que seria melhor que fosse proposto pela própria Assembleia e não pelo executivo no nosso entendimento, e para já é tudo. Muito obrigado. ----------- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/ Nós Cidadãos/Aliança) Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano, queria relembrar aqui o PS, que esta bancada apresentou uma proposta em tudo similar que foi chumbada. Portanto, gostava de convidar a bancada do PS a explicar qual foi a evolução que houve do chumbo da nossa para esta proposta, deixando aqui uma nota do claro abuso, eu nem tenho palavras, porque acho que isto é ofensivo para a inteligência alheia. E depois perguntar, diz-se aqui que o provedor é proposto pelo executivo e sujeito a confirmação da Assembleia





VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	0	29
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

------A Moção foi aprovada por unanimidade. -----------Faltou a Sra. Deputada Independente Ângela Venâncio Quadro, por motivos de saúde. -------- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o Voto de Protesto e Melhoramento- Sanidade e Harmonia Públicas - (subscrita pela bancada CHEGA), cujo teor se transcreve na íntegra: «Reportando a Av. 25 de Abril com a nova e recente arborização de "Magnólias", fazemos lembrar, o esquecimento de dois nichos de "Jacarandás-Mimosos" defronte do Edif.º Cedipraia e da Pastelaria Geliglu. Os mesmos têm causado manifestações de protesto, não só pelos residentes como também por passantes, naquela que é a maior artéria da cidade. Como é do conhecimento geral, ser uma árvore de grande porte e de raízes profundas, que vêm danificar as tubagens de acesso das redes de água potável e de esgotos dos edifícios. ------Não ficando por aqui, infracitaremos outros malefícios, tais como:----a) Nos meses de Verão os Jacarandás regurgitam um tipo de resina que causa alergias a crianças e idosos.----b)Conspurcam os passeios, deixando-os enegrecidos, de higiene deplorável que é transportada para as residências.-----

c)Danifica as pinturas dos automóveis.-----





d)A sua existência nos locais de esplanadas, cafés, snack-bares e restaurantes é sempre nociva
à higiene alimentar, conforme comprova a 1.ª foto em anexo
e)Atingem copas de grandes dimensões, que invadem as varandas dos edifícios, tumultuando o
bem estar dos residentes, servindo de trampolim a baratas, osgas, moscas e, outros insectos
nefastos, como comprovam as duas primeiras fotos em anexo
f)Etcetc
O Partido CHEGA questiona-se em que critério adoptou o Município, por não substituir aí
também pelas tais Magnólias, que arborizam arejada e airosamente, toda a Avenida desde a
Robbialac até à Rotunda da Liberdade !?
Porém, nunca é tarde que o lapso seja corrigido! Os moradores acreditam no melhor
acolhimento e sensibilidade do Município em salvaguardar as pretensões destes residentes
Uniformizar e embelezar a Av. 25 deAbril !!!
Os eleitos pelo Partido CHEGA propõem, que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida na
sua 4ª Sessão Ordinária de 2022, realizada a 26 de Setembro, medite e delibere o seu melhor
aval, em prol da supracitada moção
Sendo votada favoravelmente, recomenda-se à mesa da Assembleia para que junto da Câmara
Municipal, assegure as condições necessárias à pretensão dos residentes e utentes da Av. 25 de
Abril.»
Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega <u>Mário Nelson de Barradas Espinha</u> ,
este voto de protesto e melhoramento, como está explícito na moção, eu perguntaria ao
executivo porque é que deixaram ficar dois nichos de jacarandás mimosos? Os senhores melhor
do que ninguém sabem o quão prejudicial são estas árvores, veja-se o caso ali perto do
mercado municipal. Quando elas regurgitam aquela seiva, ou aquela cola nos meses de maio,
junho e abril, não é, o caso agora, está a cair a folhinha, porque é na queda da folha, há
pessoas asmáticas, há velhotes, há crianças e a 25 de Abril está muito bem reflorestada com,
penso que são magnólias ou borracheiras. Porque é que deixaram ficar dois nichos? Um defronte
do Cedi-Praia, lotes cento e vinte e cento e vinte e um, e outros defronte da Geliglu. Agora veja,
no Cedi-Praia, há snack-bares e restaurantes com esplanadas, que pagam as suas taxas e
esplanada, e nos meses de abril, maio e junho, sofrem com o regurgitar daquela seiva ou visgo.
Certo? Obrigado
Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS José Manuel Figueiredo Santos , nós
diríamos que esta é uma matéria bem mais do foro da engenharia florestal, do que
propriamente do foro político. Portanto, nós temos alguma dificuldade em nos pronunciarmos





favoravelmente face aos pressupostos que estão efetivamente aqui em causa. É que me parece que os jacarandás são a árvore da nossa discórdia, não é? E isto não é só aqui em Portimão, é interessante e nós tivemos a oportunidade de consultar também já este historial. Uns é pelo odor que não apraza a todos, outros pela ideia de que suja passeios e carros estacionados, etc. e por aí a fora, mas há os efeitos sobre a saúde que são discutíveis. ----------------------------------Bem, antes que se mutilem, que se agridam, que se abatam, que se substituam como se fossem objetos de decoração descartáveis e sujeitos à ditadura da última moda, nem sequer respeitando a época mais própria para as árvores serem objeto, é claro que quando nós falamos em biodiversidade, temos que ponderar seriamente na produção deste tipo de discursos, não é? Falar de biodiversidade, atenção... bem, realmente esta árvore parece ser especialmente importante para o meio urbano, mais do que para o embelezamento, pelo ambiente e porquê. É importante observar isso. -----------Se há árvores que devem ser podadas, caramba que se faça isso e que se procure atenuar ou mitigar efeitos que são menos desejáveis, não é? Que as árvores sofram com intervenções radicais e devastadoras, isso é que não será aceitável. Portanto, procuremos se aquilo que se pede é harmonia, procuremos aqui de facto o bom senso e ser sensíveis realmente a alguns inconvenientes, mas de facto, esta postura de reduzir as árvores, que ao que parece também são seres vivos, não é, de reduzir as árvores, de quebrar a biodiversidade, de no fundo devastar e colocar aquilo que é de facto a cultura urbana mais insensível acima destes elementos, parece-nos que de facto não é boa política, e então, só nesta medida é que o PS irá votar contra, porque acha que de facto aqui há demasiada radicalização pelo menos em termos verbais neste discurso, não é? Muito obrigado.----------Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD Cristina Maria de Sousa Velha, para dizer que a bancada do PSD entende que esta recomendação ou moção, não sabem o que é, não está identificada, além disso não tem uma parte minimamente expositiva, não se percebe qual é o seu conteúdo, nem sequer devia ter sido aceite, nem se percebe como é que a estão a discutir, porque é perfeitamente inteligível qual é o seu objetivo. Todavia, muito rapidamente, se for para abater árvores, é evidente que não podemos estar de acordo com abater quaisquer árvores e, portanto, como já foi dito pelo deputado Figueiredo e com o qual eu concordo. Portanto, isto é ininteligível, não contém uma parte seguer de conclusão que se perceba. Neste sentido, fico à vossa disposição. Obrigada. -----





----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que queria só fazer um ponto de ordem, que é o seguinte. Nós temos dezasseis moções e estamos na sexta. Portanto, faltam dez moções e estamos a meio do tempo que temos para este período e, portanto, chamo a atenção para que depois na próxima Assembleia não digam que as moções não foram discutidas, só serão discutidas na próxima, sem coartar os vossos direitos democráticos de intervenção. ---------- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, para dizer que a moção é bem sucinta, embora possa não parecer. É que nós falamos em dois nichos que estarão para aí seis ou sete árvores que poderiam ser removidas, falamos em remoção e substituir por toda a arborização desde o princípio da avenida até à rotunda da Liberdade, ao pé do liceu. É só isso. ----------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Bloco de Esquerda Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que de facto não são só dois nichos, porque ele mora na encosta da marina e eles também têm este tipo de árvores, e que por acaso deixam cair este visgo ou esta seiva, que de facto não é muito benéfica para a pintura dos automóveis e mesmo até para o passeio. Contudo, nós não poderemos acompanhar esta moção, porque somos literalmente contra o abate de árvores, uma vez que elas lá estão temos que respeitá-las e não sei como é que nós conseguimos tirar umas árvores e pôr outras sem matar as que lá estão, não é? Não sei, mas eu também não sou engenheiro florestal, mas acho que esta moção não está muito bem conseguida e, portanto, nós não poderemos acompanhá-la. Muito obrigado. ---------- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega Mário Nelson de Barradas Espinha, para dizer que é só um pequeno pormenor. Era só para dizer que vamos equacionar a saúde pública de um cidadão que seja por uma árvore. Rápido e sucinto, eu poria em equação uma vida humana a uma árvore. Escolham! ----------- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila, para dizer que por acaso tinha ficado confuso quando leu esta moção, que o Chega dizia, medite! E eu meditando muito, não vendo da parte dos técnicos que a árvore está mal de saúde e, portanto, o que já pedi foi para verem se dá para fazer uma poda, para limpar, uma limpeza, ou para lavarem. Agora, de resto, mandar abater árvores que estejam de boa saúde, não vão contar comigo para isso, de certeza e, portanto, eu também acho que vocês estavam a dizer medite, até aqui estávamos bem, estamos a meditar, peço aos serviços para

verem e depois logo vamos dar uma resposta, até porque as pessoas também já se têm





queixado. Realmente, já conseguimos podar grande parte no que estava junto às varandas e é isso que vamos fazer e é isso que os serviços estão atentos e vão continuar com o serviço que têm continuado a fazer e que eu agradeço muito, porque isto foi uma árvore que foi muito plantada numa determinada altura e temos em várias zonas da cidade. Se neste momento fôssemos agora abater todas as árvores que estão de boa saúde só porque achamos que faz mal a algumas pessoas, sinceramente é legítimo, mas temos que defender também, preservar as árvores que estão com boa saúde também. Tenho dito, senhora Presidente. ------------- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira, para dizer que era só para dar conhecimento que existem medidas fitossanitárias que permitem que estas árvores não libertem essa resina e, portanto, a Câmara com os seus técnicos, poderá ver essa questão. ----------- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila, para dizer que o senhor engenheiro está ali a ouvir essa conversa, e o senhor engenheiro depois amanhã dir-lhe-á. Muito obrigado. ----------- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação o Voto de Protesto e Melhoramento- Sanidade e Harmonia Públicas (subscrita pela Bancada do CHEGA), tendo sido obtido o seguinte resultado: ------

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)		CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA NDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	3	0	0	0	0	0	3
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	15	5	0	2	2	1	1	0	26





2)Os bens de primeira necessidade, como o gás, a electricidade, os alimentos e as rendas estão
muito mais onerosos do que no início do ano;
3) A Autoridade Tributária indica que as receitas do IMT cresceram 35% em 2021, tendo sido
transferidos mais 38,5% de receita para os municípios, esperando-se uma subida acentuada
desta receita para 2022
4) No Algarve preço médio das habitações subiu $16,1\%$ em julho face ao mês homólogo. Tanto
nos apartamentos como nas moradias
5)O Instituto Nacional de Estatística Indica que o preço médio da avaliação bancária no algarve
em julho era de 2022,era (18,7%)
6)Da mesma forma a Autoridade Tributária informa que a coleta de IMI em 2022 será superior do
que a realizada em 2021
7) A participação variável do IRS que se encontra na taxa máxima de 5%, pode ser um fator de
alivio para todas as famílias do concelho de Portimão, visto que nos concelhos limítrofes, as taxas
são inferiores as praticadas no concelho de Portimão, (Lagos 1,5%, Lagoa 3% e Monchique
1,5%)
Assim, Assembleia Municipal de Portimão, reunida na 4ª sessão ordinária de 2022,
delibera
1. Recomendar à Câmara Municipal, a redução da participação variável do IRS.»
Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda Pedro Miguel Sousa da
redia o uso da palavra, o lider da bancada do bloco de Esquerda Fedio Friguer Sousa da
Mota, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que no âmbito de começarem
<u>Mota</u> , que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que no âmbito de começarem
<u>Mota</u> , que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que no âmbito de começarem a fazer um novo orçamento do executivo para a Câmara Municipal de Portimão, o Bloco de
<u>Mota</u> , que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que no âmbito de começarem a fazer um novo orçamento do executivo para a Câmara Municipal de Portimão, o Bloco de Esquerda, apresenta aqui uma recomendação da redução da participação variável do IRS no
Mota , que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que no âmbito de começarem a fazer um novo orçamento do executivo para a Câmara Municipal de Portimão, o Bloco de Esquerda, apresenta aqui uma recomendação da redução da participação variável do IRS no âmbito do novo orçamento e também para ajudar as famílias com a inflação a subir e os juros também. E também digo que aqui nos concelhos limítrofes, perto de nós, temos Lagos com um e meio, Monchique e Lagoa com três. Por isso fica aqui esta recomendação, para que o executivo
Mota , que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que no âmbito de começarem a fazer um novo orçamento do executivo para a Câmara Municipal de Portimão, o Bloco de Esquerda, apresenta aqui uma recomendação da redução da participação variável do IRS no âmbito do novo orçamento e também para ajudar as famílias com a inflação a subir e os juros também. E também digo que aqui nos concelhos limítrofes, perto de nós, temos Lagos com um e
Mota , que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que no âmbito de começarem a fazer um novo orçamento do executivo para a Câmara Municipal de Portimão, o Bloco de Esquerda, apresenta aqui uma recomendação da redução da participação variável do IRS no âmbito do novo orçamento e também para ajudar as famílias com a inflação a subir e os juros também. E também digo que aqui nos concelhos limítrofes, perto de nós, temos Lagos com um e meio, Monchique e Lagoa com três. Por isso fica aqui esta recomendação, para que o executivo
Mota, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que no âmbito de começarem a fazer um novo orçamento do executivo para a Câmara Municipal de Portimão, o Bloco de Esquerda, apresenta aqui uma recomendação da redução da participação variável do IRS no âmbito do novo orçamento e também para ajudar as famílias com a inflação a subir e os juros também. E também digo que aqui nos concelhos limítrofes, perto de nós, temos Lagos com um e meio, Monchique e Lagoa com três. Por isso fica aqui esta recomendação, para que o executivo analise e reduza mesmo o IRS. Disse.
Mota , que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que no âmbito de começarem a fazer um novo orçamento do executivo para a Câmara Municipal de Portimão, o Bloco de Esquerda, apresenta aqui uma recomendação da redução da participação variável do IRS no âmbito do novo orçamento e também para ajudar as famílias com a inflação a subir e os juros também. E também digo que aqui nos concelhos limítrofes, perto de nós, temos Lagos com um e meio, Monchique e Lagoa com três. Por isso fica aqui esta recomendação, para que o executivo analise e reduza mesmo o IRS. Disse
Mota, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que no âmbito de começarem a fazer um novo orçamento do executivo para a Câmara Municipal de Portimão, o Bloco de Esquerda, apresenta aqui uma recomendação da redução da participação variável do IRS no âmbito do novo orçamento e também para ajudar as famílias com a inflação a subir e os juros também. E também digo que aqui nos concelhos limítrofes, perto de nós, temos Lagos com um e meio, Monchique e Lagoa com três. Por isso fica aqui esta recomendação, para que o executivo analise e reduza mesmo o IRS. Disse
Mota, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que no âmbito de começarem a fazer um novo orçamento do executivo para a Câmara Municipal de Portimão, o Bloco de Esquerda, apresenta aqui uma recomendação da redução da participação variável do IRS no âmbito do novo orçamento e também para ajudar as famílias com a inflação a subir e os juros também. E também digo que aqui nos concelhos limítrofes, perto de nós, temos Lagos com um e meio, Monchique e Lagoa com três. Por isso fica aqui esta recomendação, para que o executivo analise e reduza mesmo o IRS. Disse
Mota, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que no âmbito de começarem a fazer um novo orçamento do executivo para a Câmara Municipal de Portimão, o Bloco de Esquerda, apresenta aqui uma recomendação da redução da participação variável do IRS no âmbito do novo orçamento e também para ajudar as famílias com a inflação a subir e os juros também. E também digo que aqui nos concelhos limítrofes, perto de nós, temos Lagos com um e meio, Monchique e Lagoa com três. Por isso fica aqui esta recomendação, para que o executivo analise e reduza mesmo o IRS. Disse





famílias. Mas não se permite avançar com uma recomendação destas, justamente por saber que não pode fazer orelhas moucas justamente a compromissos assumidos pelo FAM e se a Câmara é de facto uma identidade de bem, se obteve a concessão de empréstimos pelo FAM, ela terá que respeitar naturalmente os compromissos daí resultantes, e a matéria negocial ao que o senhor Presidente em exercício aflora, está esgotada. Se os concelhos limítrofes pagam outras taxas, é porque naturalmente não estão sujeitos aos constrangimentos da aplicação do FAM, pelo que, enfim, os signatários do Bloco de Esquerda não têm que comparar aquilo que não é comparável, não é? É só isto. Muito obrigado. É essa a circunstância que nos leva de facto a votar contra, porque enfim, trata-se de um impedimento legal. Muito obrigado. ----------- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda Pedro Miguel Sousa da Mota, para dizer que pensa que não seja um constrangimento legal, podem fazer a proposta novamente, não há nada que diga que é ilegal, e mais a mais não é os dez por cento, era nos cinco por cento, sempre foi os cinco por cento. A gente estamos aqui para pedir, podem baixar até um e meio e nós não estamos a pedir isso, estamos a pedir para fazerem uma nova proposta que consigam baixar. Só para dizer que até Monchique paga um e meio, por exemplo Monchique é um município com poucos munícipes e mesmo assim consegue fazer com que eles só paguem um e meio. Tenho dito. ----------- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a Proposta de Recomendação- Redução da Participação variável do IRS - (subscrita

VOTAÇÕES	PS	PPD/	CHEGA	PORTIMÃO	BE	CDU	PAN	DEPUTADA	
VOTAÇOLS	73	PSD	CILGA	+ FELIZ (*)	DL	(PCP/PEV)		INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS	0	5	0	2	2	0	0	0	9
A FAVOR	0 3	5	U	2	_	U		U	9
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	1	0	1
VOTOS CONTRA	15	0	3	0	0	1	0	0	19

pela Bancada do BE), tendo sido obtido o seguinte resultado: ------

sobre as atividades no Comité das Regiões - (subscrita pela bancada Coligação





"Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança), cujo teor se transcreve na íntegra:
«Considerando que:
a) A Sra. Presidente da Câmara Municipal de Portimão foi designada, na qualidade de autarca,
como membro do Comité das Regiões Europeu, ocupando, na presente data, o cargo de
Presidente da Delegação Portuguesa no mesmo órgão;
b) Compete à Assembleia Municipal a fiscalização política da atividade da Sra. Presidente da
Câmara Municipal e dos membros do seu executivo; incluindo-se necessariamente em tal
escrutínio, a prestação de informações sobre o exercício de funções em órgãos ou entidades, na
qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Portimão;
c) A Natureza, importância e atualidade das atribuições cometidas ao referido órgão reforçam a
necessidade da Assembleia Municipal de Portimão ter uma informação periódica mais
detalhada, no âmbito das suas competências de fiscalização, sobre o trabalho desenvolvido pela
Sra. Presidente da Câmara Municipal de Portimão no mesmo órgão,
Os eleitos da Coligação PORTIMÃO MAIS FELIZ propõem que a Assembleia Municipal de
Portimão, reunida na sua 4ª Sessão Ordinária de 2022, realizada em 26 de Setembro, delibere
que a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Portimão passe a informar a mesma assembleia,
a partir do próximo mês de Outubro de 2022, com carater trimestral, sobre o trabalho
desenvolvido no Comité da Regiões, devendo tal informação incluir, pelo menos, um resumo das
reuniões plenárias, de comissões e de grupo inter- regionais em que participou, das
intervenções efetuadas nas mesmas reuniões, dos pareceres em que foi relatora e em cuja a
elaboração participou.»
Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-
PP/Nós Cidadãos/Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano, a moção aqui,
enfim, é do conhecimento dos membros da Assembleia, eu vou resumir aqui a parte expositiva.
Visa que a senhora Presidente de Câmara enquanto membro do Comité das Regiões, passe a
elaborar uma informação trimestral a esta Assembleia, em que dê conta sobre o trabalho
desenvolvido no Comité das Regiões, pelo menos, um resumo das reuniões plenárias em que
participou, das comissões e grupos inter-regionais, das intervenções efetuadas nesse órgão e
nessas reuniões, dos pareceres em que foi relatora e das propostas em que participou, em cuja
elaboração participou. Portanto, a proposta é esta, achamos que no âmbito das competências
fiscalizadoras da Assembleia, faz todo o sentido que tenhamos aqui uma informação mais
detalhada possível, pelo menos com carácter trimestral sobre a atividade e a participação que a
senhora Presidente de Câmara tem no âmbito do Comité das Regiões, porque a senhora





Presidente é membro desse órgão, porque é Presidente de Câmara, e nessa medida, entendemos que a Assembleia tem toda a legitimidade e todo o interesse em saber de uma forma detalhada aquilo que é a prestação e a intervenção da senhora Presidente de Câmara no Comité das Regiões. Disse. -----------Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, naturalmente que o PS tem um entendimento diferente nesta matéria.-----A senhora Presidente acabou de iniciar o seu mandato. Parece-nos que o momento mais ajustado, seria justamente este para parabeniza-la e não para estar a pedir um relatório de servico.----------Um segundo aspeto, é o que diz respeito à circunstância da senhora ter sido nomeada pelo Conselho de Ministros, que aprovou a resolução que propõe ao Conselho da União Europeia a nova composição da delegação nacional no Comité das Regiões. Ela foi nomeada como delegada efetivo. Portanto, é sabido que a comissão, o conselho e o parlamento europeu, enfim, têm de consultar a comissão das regiões quando elaboram textos legislativos sobre essas matérias, em que as autoridades regionais e locais têm uma palavra a dizer, e obviamente é o caso de temas como o emprego, política social, coesão económica e social, transportes, etc. Portanto, certamente que a senhora Presidente, enfim, não deixará de informar os seus êxitos nesta atividade que a todos nos interessa naturalmente, nos momentos em que entender justificados. Não faz sentido efetivamente este agrilhoamento da senhora Presidente nesta matéria, e consequentemente, portanto, aquilo que nós pensamos quanto a isto, é que, de facto, faz muito sentido do ponto de vista até da cordialidade política entrarmos com uma moção deste tipo, justamente no momento em que a senhora inicia funções. Portanto, esta nota é também uma nota de desagrado relativamente à tonalidade semântica da própria exposição que é feita pelo Portimão Mais Feliz. Muito obrigada, senhora Presidente. ----------Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano, era só para dizer ao senhor deputado Figueiredo Santos que a linguagem que o senhor aqui se incomoda, não tem nada de mais, é pedir que a Assembleia receba trimestralmente um relatório das atividades. E depois estranho muito que o PS esteja mais preocupado em dar parabéns e em felicitar, do que em saber qual é a atividade da senhora Presidente no Comité das Regiões. Este exercício laudatório, para não dizer um bocadinho onanista do ponto de vista político que o PS está apostado em fazer, seria mais útil, se calhar, se visasse fiscalizar, que é essa a nossa função aqui, fiscalizar a atividade do executivo e da senhora Presidente. Não dar só parabéns, porque





VOTAÇÕES	PS	PPD/	CHEGA	PORTIMÃO	BE	CDU	PAN	DEPUTADA	
		PSD		+ FELIZ (*)		(PCP/PEV)		INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS	0	5	3	2	0	0	0	0	10
A FAVOR	U	3	J	2	U	U	J	U	10
ABSTENÇÕES	_	0	0	0	2	4	-	0	4
	0	0	0	0	2	1	1	0	4
VOTOS	10	0	0	0	^	0	_	0	1 5
CONTRA	15	U	0	0	0	0	0	0	15

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). ------

------A Moção foi reprovada por maioria. ------

Assistimos a uma situação idêntica no que diz respeito à energia e aos combustíveis. Os combustíveis têm vindo a aumentar desde o ano passado, atingindo valores altamente





especulativos. No que toca à eletricidade e ao gás, as grandes empresas energéticas anunciaram recentemente novos aumentos, quando em Portugal os custos com a energia são já dos mais elevados na Europa. ------No entanto, os salários e as pensões não acompanham na mesma proporção o aumento do custo de vida. -----Por sua vez, a medida recentemente aprovada pelo Governo maioritário do PS, de atribuir uma prestação única e isolada no montante de €125 para trabalhadores que aufiram salários até €2.700, é insuficiente, não chega para cobrir metade da perda do poder de compra do presente ano.-----Ao mesmo tempo que os trabalhadores e o povo enfrentam os aumentos dos preços, a perda de poder de compra e a degradação das suas condições de vida, os 13 maiores grupos económicos apropriaram-se, só no primeiro semestre do ano, de 2 mil e 300 milhões de euros de lucros.----Este é o retrato das injustiças e desigualdades que se vivem na situação atual - uma minoria de detentores do poder económico a acumular muitos milhões de lucros, enquanto a imensa maioria dos trabalhadores e do povo está a pagar esses lucros com a exploração, o aumento do custo de vida e o empobrecimento.-----São os trabalhadores e o povo que estão a pagar a política das sanções com a deterioração das suas condições de vida e os grupos económicos aproveitam-se agora das sanções e da guerra como anteriormente se aproveitaram da epidemia da COVID 19, para acumularem milhares de milhões de euros de lucros, agravando a exploração e promovendo a especulação e o aumento dos preços.-----É de assinalar que o próprio secretário – geral das Nações Unidas, no passado dia 03 de agosto, instou os governos a taxarem os lucros excessivos das petrolíferas, considerando "imoral que as empresas de petróleo e gás atinjam lucros incríveis através dos mais pobres, com custos maciços para o clima. Apelo a todos os governos que tributem estes excessos e apoiem os mais vulneráveis."------Face a todas estas circunstâncias é urgente a denúncia e o combate à inflação, à especulação e ao modelo seguido atualmente em Portugal de baixos salários e pensões, por tal razão a Assembleia Municipal de Portimão não pode ficar indiferente e deve tomar uma posição clara sobre o flagelo, que o País atravessa e que nos colocou na 8ª posição na lista de países europeus com maior risco de pobreza ou exclusão social.-----Pelo que a eleita da CDU – Coligação Democrática Unitária -PCP-PEV propõe que a Assembleia Municipal de Portimão reunida em 26 de setembro de 2022, delibere instar o Governo a tomar





medidas urgentes para combater estes problemas, nomeadamente:-----1.Criar um imposto extraordinário sobre os lucros excessivos dos grupos económicos, de forma a distribuir a riqueza que em Portugal se produz de forma mais justa;-----2. Combater o aumento do custo de vida, aumentando os salários e pensões de forma a repor o poder de compra absorvido pela inflação; ------3. Tabelar ou fixar preços máximos de bens considerados essenciais, nomeadamente energia, combustíveis e bens alimentares; ------4. Fixar tetos máximos para a atualização das rendas em 2023; -----Dar conhecimento desta Deliberação à Presidência da República, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Governo e Comunicação social.» ----------Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS José Manuel Figueiredo Santos, o PS, não o deputado Figueiredo Santos, mas o PS, insisto porquê? Porque por vezes temos a tendência para fulanizar a política indevidamente, o PS, faz o entendimento que estas matérias não são do âmbito da Assembleia Municipal, portanto não se trata, ou não se tratando de uma moção dirigida a quaisquer atos da administração municipal, ou do setor empresarial local, este documento não tem eficácia externa à Assembleia e os comentários que fazemos a este respeito, é que, embora a inflação já se esboçasse antes, talvez pudesse ser mais atenuada com o fim da monstruosa guerra que assola a Ucrânia e relativamente à qual o PCP foi o único partido que até agora recusou condenar o Presidente da federação russa pela invasão do território ucraniano. Nós sinceramente, mas com toda a sinceridade e quem nos conhece sabe que nós funcionamos assim, nós não gostamos de cobrar do PC e só fazemos, porque uma parte significativa das reivindicações contidas na moção, não se dissociam das reivindicações contidas na moção, porque de facto, o fraco desempenho económico fica de facto também evidenciado face à economia de guerra que nós vivemos e, portanto, a este respeito não vale a pena jogar o lixo para debaixo do tapete, ou fazer a política da avestruz, não é? É importante que nós percebamos e que tomemos consciência da atual situação política e de todos os seus contornos, para podermos realmente ponderar este tipo de reivindicações, que genericamente até podem ser justas e o são seguramente, mas há que ponderar tudo isto e perceber o contexto efetivo em que nós nos encontramos, enfim, e os paradoxos da política. Eu não vou dizer que seja cinismo nem outra coisa qualquer, porque não tenho esses modos de categorizar, acho que somos mais urbanos e delicados, não temos estes modos de caracterizar a ação política. Portanto, pensamos efetivamente que esta postura do PC é genuína. Contudo, há evidência de uma situação claramente paradoxal do ponto de vista político. Muito obrigado, senhora





Presidente
Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV Maria de Lurdes Sousa
<u>Vales Melo Nogueira</u> , para dizer que era só uma questão. Aqui no quarto ponto desta moção,
foi lapso e assumo o meu
Interveio a Presidente da Assembleia Municipal Isabel Andrez Guerreiro , para perguntar se é
para retirar?
Ficou com o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) Maria de Lurdes
Sousa Vales Melo Nogueira, para dizer que sim
Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal <u>Isabel Andrez</u>
Guerreiro , muito bem. É para considerar como não escrita? Muito bem. Eu também li e achei
que estava fora do contexto, mas percebi
Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação
a Moção Pela Tomada de Medidas Urgentes para combater o aumento do custo de vida -
(subscrita pela Bancada da CDU(PCP/PEV), tendo sido obtido o seguinte resultado:

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	0	0	2	1	1	0	4
ABSTENÇÕES	0	0	3	2	0	0	0	0	5
VOTOS CONTRA	15	5	0	0	0	0	0	0	20

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----





	a)Sentido único naquele troço de via (Farmácia/Toyota), dando a mesma continuidade já
	existente, até ao nó da empresa Forportil
	b)Demarcação e obrigatoriedade de estacionamento à esquerda, como facultado e utilizado na
	continuidade da restante via
	c)Retirada dos recém colocados pilaretes dos passeios, dando melhor fluidez e mobilidade aos
	peões
	d)Analisadas todas as perspectivas do tráfego na zona, não se vislumbram quaisquer embolias,
	ou retardamentos na fluiedez do trânsito, com este sentido único. Assim como, saídas e
	entradas da cidade estão salvaguardadas
	e)Cópia foto da localização, em anexo
	Os eleitos pelo Partido CHEGA propõem, que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida na
	sua 4ª Sessão Ordinária de 2022, realizada a 26 de Setembro, medite e delibere o seu melhor
	aval, em prol da supracitada recomendação de melhoramento
	Sendo votada favoravelmente, recomenda-se à mesa da Assembleia para que junto da Câmara
	Municipal, assegure as condições necessárias à implantação da proposta recomendada.»
	Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega Mário Nelson de Barradas Espinha,
	a moção está bem explícita, é o princípio da estrada de Alvor, princípio depois do nó viário onde
	há dois sentidos, e recomendaríamos ou recomendamos que venha a ter somente um sentido
	como no seu prolongamento até à Forportil. Os carros estacionariam do lado esquerdo, como no
	prolongamento até à Forportil, tirar-se-iam os pilaretes que já há alguns derrubados por
	teimosos a estacionar e os peões ou a locomoção dos peões seria em pleno
	Agora, se me falarem em escoamento desta zona, é fácil, viravam à Toyota e iam assim
	por baixo e reentravam da farmácia para atravessar o nó. Penso que estará bem explícito.
	Tenho dito
	Pediu o uso da palavra, uma das deputadas municipais do PS, cujo nome não foi
ŗ	pronunciado, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que relativamente a
e	esta recomendação proposta pelo Chega, parece-lhes, ao PS obviamente que trata-se aqui de
ι	uma medida avulsa, que como sabem e foi também objeto de há muito pouco tempo, foi
r	ealizado no auditório Arena no dia 22, a apresentação do plano de mobilidade urbana e esse
ŗ	olano vai ser sujeito a uma discussão pública. Nessa altura, será altura de serem propostas
t	odas as ideias que têm para a mobilidade de Portimão, e esta é apenas uma medida avulsa,
C	que realmente terá que ser conjugada com tudo o resto que vai ser aprovado para o plano da
C	cidade e, portanto, nessa medida, o PS irá votar contra esta recomendação





-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta de Recomendação- Melhor fluência pedonal, viária e estacionamento-** (**subscrita pela Bancada do CHEGA**), tendo sido obtido o seguinte resultado:

VOTAÇÕES	PS	PPD/	CHEGA	PORTIMÃO	BE	CDU	PAN	DEPUTADA	
VOTAÇOLS	73	PSD		+ FELIZ (*)	DL	(PCP/PEV)		INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS	0	0	3	0	0	0	0	0	3
A FAVOR	U	U	J	U	U	U	3	U	3
ABSTENÇÕES	0	5	0	0	2	0	1	0	8
	U	J	U	U		U	-	U	U
VOTOS	15	0	0	2	0	1	0	0	18
CONTRA	13	J	J	2	3		J	J	10

Inclusivos - (subscrita pela bancada BE), cujo teor se transcreve na íntegra: «"A criança deve ter plena oportunidade para brincar e para se dedicar a atividades de recreio que deverão estar dirigidas para a educação. A sociedade e as autoridades públicas devem esforçar-se por promover o exercício deste direito" - Princípio 7º da "Declaração dos Direitos da Criança" proclamada pela Assembleia Geral da ONU em

20/11/1959.----

e respeitando as suas diferenças. Tal como aponta o artº 7º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que vigora em Portugal desde 2009: "os Estados tomarão todas as medidas necessárias para assegurar às crianças com deficiência o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais em condições

de igualdade com as demais crianças"-----

Mas a insuficiência de parques infantis adaptados a crianças com deficiência, dificulta as suas experiências, a exploração de cores, movimentos, sons e relevos. É assim imperioso que os





ŗ	parques infantis	da	fregues	ia possu	am e	equipame	entos	lúdicos	e m	nateria	ais especi	ficos	que
ŗ	promovam o d	desen	volvimer	nto moto	or, c	ognitivo,	em	ocional	e so	ocial	das criar	ıças c	com
C	deficiência												
A	Assim, a Assemb	oleia d	de Munic	cipal de P	ortim	ão, 4ª se	essão	ordinári	ia de 2	26 de	Setembro	de 20)22,
	DELIBERA:												
F	Recomendar a	o Exe	ecutivo	no próx	imo	orçameı	nto a	autárqu	ico p	rogra	me a coi	ıstruç	;ão,
ľ	requalificação	e a	daptar	aos exi	isten	tes, pa	rque	s infan	tis i	nclusi	vos, em	que	às
(crianças com d	eficié	ència se	eja tamb	ém a	ssegura	da a	sua ple	ena ut	tilizaç	;ão.»		
-	Pediu o uso	da p	oalavra,	o deputa	ado n	nunicipal	da l	oancada	do B	loco d	le Esquer	da <u>Ma</u>	rco
F	Paulo Rodrigue	es Go	nçalves	s Pereira	<u>a</u> , est	a nossa	reco	mendaçã	ăo é b	astan	te sucinta	ı. O Bl	loco
C	de Esquerda co	ngrati	ılou-se	bastante	com	os parq	ues i	infantis	que n	ós po	ssuíamos	, mas,	nc
e	entanto, temos	dado	conta	que eles	não	são incl	usivo	os, tem-	nos s	ido cl	hamado t	ambén	n a
2	atenção que as o	crianç	as com	deficiênc	ia não	conseg	uem	fluir ou t	tirar p	artido	do parqu	e, por	que
ł	ná algumas limi	taçõe	s, e ne	sse senti	do, n	ós querí	amos	s instar	o exe	cutivo	a que fi	zesse	um
ŗ	passeio pelos pa	rques	e que p	pudesse 1	fazer	o levanta	amer	nto do qu	ue é d	jue po	deria ser	feito p	oara
t	ornar os parqu	es ma	ais inclu	sivos e i	mais	amigos (das r	nossas c	riança	as con	n limitaçõ	es e c	com
r	necessidades es	peciai	s. Muito	obrigado	o								
-	Não have	ndo ı	mais int	tervençõe	es, a	Preside	nte d	da Asse	mbleia	a Mur	nicipal sul	ometei	u à
١	otação a Prop	osta	de Rec	omenda	ção-	Por Pa	rque	s Infan	itis I	nclusi	ivos - (subsc	rita
F	oela Bancada d	lo BE), tendo	sido obti	ido o :	seguinte	resu	ltado:					
	VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA		RTIMÃO ELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV	PAI	N	PUTADA PENDENTE	TOTAL	L

VOTAÇÕES	PS	PSD	CHEGA	+ FELIZ (*)	BE	(PCP/PEV)	PAN	INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	0	29
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0





Como é do conhecimento público, começaram a operar, no passado mês de agosto, os dez primeiros autocarros elétricos que vieram reforçar a frota do Vai e Vem - Transportes Urbanos de Portimão, passando a significar que 40% da frota já está posicionada em prol do meio ambiente. --Justificadamente, com esta mudança de paradigma, em termos energéticos, os portimonenses cresceram em entusiamo com um passo que, para além do mais, promete ser o primeiro de um ambicioso projeto que, em 2023, será ampliado com mais oito viaturas idênticas. ------É de realçar o facto da nova política de estabilização do transporte rodoviário assentar num novo procedimento contratual, baseado numa concessão a sete anos, em detrimento da anterior prestação de serviços, permitindo uma responsabilização mútua, do concessionário e do município, na gestão do serviço e na qualidade de circuito urbano de transportes públicos.-----Também é de enaltecer a manutenção do atual tarifário, a incorporação de wi-fi nos novos autocarros e, sobretudo, o facto de os mesmos estarem adaptados com plataforma elevatória para cadeiras de rodas, pensada para favorecer a inclusão social dos cidadãos com mobilidade reduzida. A par destes aspetos, importa assinalar a adaptação de algumas rotas, por questões de racionalidade de recursos e como resposta proactiva às diversas solicitações dos portimonenses, devidamente ponderadas face às prioridades dos passageiros, mas conciliando com as necessidades da maioria dos portimonenses. -----Esta atuação deixa bem firme a persistente aposta no executivo nas políticas de incentivo à mobilidade na cidade, que passam por levar à prática a implementação de transportes públicos absolutamente essenciais, quer em termos de mobilidade, quer na melhoria da qualidade de vida dos portimonenses, através da progressiva descarbonização da cidade. ------Naturalmente que a política de transportes citadinos tem exigências múltiplas e terá que ser faseada para ir adequando, em termos culturais, o favorecimento dos transportes coletivos contra o transporte individual.-----Recusando a demagogia na política, importa referir que há problemas que persistem e é por isso que estamos aqui. Mas, manda o rigor que se diga que estão a ser dados passos enormes na condução de políticas de melhoria dos transportes públicos que deem confiança às pessoas no uso do transporte coletivo e promovam um aumento significativo da procura.-----De entre uma multiplicidade de medidas, umas de lógica mais económica, como o passe único, às de ordem mais técnica, pela sua natureza prescritiva como as vias de trânsito reservadas a veículos de transporte público, ou a uma eventual desoneração (tarifa Zero), todas deverão ser cuidadosamente estudadas. Mesmo admitindo que esta última possa vir a constituir, no médio prazo, parte da solução para os constrangimentos na mobilidade citadina, não deixa de levantar,





também, um conjunto de questões, ainda por responder, como as de saber de que forma o sistema de transportes rodoviário e ferroviário estará à altura de suportar a pressão de um aumento da procura que vai ter lugar.-----A mobilidade é, hoje, um dos pilares da qualidade de vida. Temos de melhorar muito a mobilidade ativa, seja a pedonal seja a ciclável. E temos de continuar a impulsionar toda a gente a perceber que o transporte público e o transporte partilhado, são as melhores soluções para o dia a dia.-----Por isso, O PS não pode deixar de realçar que a política da autarquia tem sido absolutamente decisiva neste processo favorecedor das condições básicas para o alargamento da rede de transporte público rodoviário no município.-----O PS pensa que, com esta renovação da frota, com aumento de oferta e a melhoria do conforto, ficam reunidas condições para que os cidadãos façam uma transição para modos de deslocação mais sustentáveis, libertando, progressivamente, o espaço público atualmente sobrecarregado pelo transporte individual.------transporte individual.-----Com base na argumentação produzida, os eleitos abaixo indicados pelo Partido Socialista de Portimão, para a respetiva Assembleia Municipal, vêm propor a este órgão:-----1. - Que delibere parabenizar a Câmara Municipal de Portimão pela exitosa política de transporte rodoviário, expressando, com isso, o seu voto de congratulação com a mesma.-----2. - Que deste voto seja dado conhecimento ao Ministério dos Transportes e Comunicações, à AMAL e aos órgãos de comunicação social regional.»----------Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, esta é uma matéria que suscitou longas e largas polémicas nas quais estivemos envolvidos, e que disseram bem do interesse de todos os partidos na Assembleia, relativamente a uma questão que nos era muito querida, e que tinha a ver naturalmente com o esboço e esperemos que seja a génese de um bom trabalho e de um trabalho exitoso a este nível, portanto ao nível da mobilidade urbana, que dada a sua complexidade, importa que ela seja trabalhada de uma forma contínua, de maneira a que os portimonenses, de facto, vejam os resultados promissores da mobilidade urbana na cidade de Portimão. Penso que é uma matéria muito sensível, cada um dos partidos já se manifestou a este nível, agora, nós tomámos consciência e tomámos a devida nota, enfim, das incursões a que o executivo se obrigou para realmente conseguir que este plano, que de certa maneira tem um fundamento ambiental muito, muito forte, mas que obviamente obrigará a aspetos diversos, desde os condicionamentos do trânsito à exploração de, enfim, de uma diversidade imensa de problemas.





Gomes Alves, para dizer que só gostava que o Partido Socialista lhes dissesse qual é a diferença entre aquilo que têm congratulado com aquilo que o PSD ao longo dos últimos tempos tem feito, tem proposto na Assembleia e os senhores, precisamente os senhores votam sempre contra. É só isto que eu quero perguntar, pegando nas suas palavras excelentes que o senhor costuma dizer. Muito obrigado.

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação o Voto de Congratulação – Pela aposta municipal na introdução das viaturas elétricas do "Vai e Vem" - (subscrita pela Bancada do PS), tendo sido obtido o seguinte resultado:

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS									
A FAVOR	15	0	0	0	0	0	0	0	15
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	2	0	0	0	2
VOTOS CONTRA	0	5	3	2	0	1	1	0	12

⁻⁻⁻⁻⁻ Faltou a Sra. Deputada Independente Ângela Venâncio Quadro, por motivos de saúde. ---Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal <u>Isabel Andrez Guerreiro</u>, informou que se
seguia para debate, a **Moção- Pela Classificação da Obra de Adriano Correia de Oliveira**como Obra de Interesse Nacional - (subscrita pela bancada da CDU(PCP-PEV), cujo teor
se transcreve na íntegra: « Em 2022 comemoram-se os 80 anos sobre o nascimento de Adriano





Correla de Oliveira e foram varias as iniciativas levadas a cabo neste ambito (a título de
exemplo, vide a série de seis episódios no blogue abrilabril.pt)
No final de 2021, o Centro Artístico Cultural e Desportivo Adriano Correia de Oliveira lançou uma
petição a ser dirigida ao Ministério da Cultura no sentido da classificação da obra do autor como
Obra de Interesse Nacional, como explicado no texto da petição, que se transcreve:
"Exmo. Ministro da Cultura:
A obra de Adriano Correia de Oliveira é uma obra vasta, sendo uma das mais bonitas, ricas e
representativas da música popular feita no século XX no nosso país. Ela tem as palavras que
descrevem vivências, lutas e aspirações de um povo que vivia sob as nuvens negras do fascismo
e os sons da esperança, da alegria e da resistência, do mesmo povo que por sonhar, resistir e
lutar, começou a construir uma democracia que teve nos cantores de Abril a sua voz
Adriano cantou Abril como poucos e deixou um legado como ninguém. É uma obra que se
estende no território nacional e com dimensão internacional, que não tem a projeção devida e
que lhe devia ser dada, principalmente pelo país que o viu nascer
A classificação da obra do Adriano seria um passo essencial para a valorização, consolidação e
difusão do seu legado, levando a obra ao patamar que ela merece, sendo também um passo
essencial para o seu conhecimento por parte das novas gerações
Tomando isto em consideração, os cidadãos abaixo assinados em conformidade com o artigo 25
da Lei número 107/2001, de 8 de Setembro, pedem a V. Ex.a, a classificação da obra de
Adriano Correia de Oliveira como de interesse nacional."
Face ao exposto, a eleita da CDU – Coligação Democrática Unitária- PCP -PEV propõe que a
Assembleia Municipal de Portimão reunida a 26 de setembro de 2022 delibere:
1. Expressar o seu apoio à classificação da obra de Adriano Correia de Oliveira como Obra de
Interesse Nacional, apelando à sua assinatura e divulgação;
2. Instar ao Governo e à Assembleia da República no mesmo sentido;
3. Dar conhecimento desta deliberação aos órgãos referidos no ponto anterior, à comunicação
social e à população, nomeadamente através da página eletrónica da AMP e das redes sociais,
divulgando o link da petição (<u>Classificação da obra de Adriano Correia de Oliveira como obra de</u>
<u>interesse nacional: Petição Pública (peticaopublica.com)</u> , bem como da disponibilização da
petição.»
Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal <u>Isabel Andrez</u>
Guerreiro , para dizer que se os senhores deputados que não têm tempo quiserem que não
havendo discussão que haja votação, porá à votação. Basta que me digam isso. Concorda?





VOTAÇÕES	PS	PSD	CHEGA	+ FELIZ (*)	BE	(PCP/PEV)	PAN	INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	0	2	2	1	1	0	26
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	3	0	0	0	0	0	3
(*) C-1:~- \\D-	~	' - NA - ! -	E-1:-// /CE	C DD/N/ - C:	1- 12	/ A l:	`	•	

- (*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----
- ---- A Moção foi aprovada por maioria. ------Faltou a Sra. Deputada Independente Ângela Venâncio Quadro, por motivos de saúde. -----
- 1) A subida da inflação está a afetar quem vive e trabalha em Portimão, com aumento do custo de vida e deterioração dos salários, ainda no seguimento dos efeitos da crise sanitária e social da COVID-19;------
- 2) Os bens de primeira necessidade, como o gás, a electricidade, os alimentos e as rendas estão muito mais onerosos do que no início do ano;-----
- 3) As IPSS, as associações culturais e desportivas também estão a ser afetadas por este aumento dos custos;-----
- 4) Os pequenos comerciantes, nomeadamente aqueles que ocupam os espaços municipais, têm visto os seus custos aumentar;------
- 5) As famílias mais vulneráveis, nomeadamente as que vivem nas habitações geridas pelo





município estão ainda mais vulneráveis à pobreza;
6) No Algarve o preço médio das habitações subiu 16,1% em julho face ao mês homólogo, tanto
nos apartamentos como nas moradias
7) O Instituto Nacional de Estatística indica que o preço médio da avaliação bancária no Algarve
em julho de 2022, era de (18,7%)
8) A Autoridade Tributária indica que as receitas do IMT cresceram 35% em 2021, tendo sido
transferidos mais 38,5% de receita para os municípios, esperando-se uma subida acentuada
desta receita para 2022;
9) Da mesma forma a Autoridade Tributária informa que a coleta de IMI em 2022 será superior
do que a realizada em 2021
10) É da responsabilidade do município garantir a manutenção das condições de vida de quem
vive em Portimão, nomeadamente das pessoas mais vulneráveis, como as famílias com menos
recursos, as pessoas idosas e os jovens;
11) O município tem também a responsabilidade de apoiar as forças vivas do concelho,
nomeadamente as IPSS, o movimento associativo, a cultura e os pequenos comerciantes;
12) As receitas extraordinárias do IMT e do IMI a que a autarquia terá acesso, resultado do
aumento dos preços das casas, devem ser usadas para políticas públicas de apoio à habitação
para as famílias vulneráveis e das classes médias
Assim, ao abrigo do disposto nas alíneas c), k) e m) do artigo 23.º e alíneas ee) e e rr)
do n^o . 1 do artigo 33^o , ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em
Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a Câmara Municipal
delibere:
1. Congelamento das rendas residenciais da Câmara Municipal de Portimão até 31 de
dezembro de 2023;
2. Congelamento das rendas dos espaços comerciais da Câmara Municipal de Portimão
até 31 de dezembro de 2023;
3. Isenção de 50% das taxas, no primeiro semestre de 2023 , referente a mercados
(lugares e lojas) e atividades económicas não sedentárias (feiras, venda ambulante e
prestação de serviços) sob gestão da Câmara Municipal de Portimão;
4. Isenção de 50% das taxas, no primeiro semestre de 2023 , referente a bancas e
quiosques sob gestão da Câmara Municipal de Portimão;
5. Isenção de 50% das taxas, no primeiro semestre de 2023, referente a Ocupação da
Via Pública





6. Reforço do Fundo de Emergência Social de Portimão para as famílias;
7. Reforço do Fundo de Emergência Social de Portimão para IPSS e entidades sem fins
lucrativos;
8. Reforço do Fundo de Emergência Social de Portimão para movimento associativo
popular e entidades com fins altruísticos (incluindo coletividades e clubes) que
realizam atividades de cariz eminentemente social, cultural ou desportivo no concelho
de Portimão;
9. Apoio extraordinário às entidades culturais;
3. Apoio extraoramario as entidades culturais, 10. Manutenção do preçário dos espaços culturais geridos pelo município até final de
10. Manutenção do preçario dos espaços culturais geridos pelo inunicípio ate iniai de 2023
11. Garantia do uso das receitas extraordinárias do IMT e IMI para o Programa de
Renda Acessível pilar Público
12. Retomar a oferta de sacos para reciclagem para reduzir os custos das famílias e
melhorar a limpeza das ruas
13. Manutenção do tarifário de todos os transportes públicos em 2023.»
Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda <u>Pedro Miguel Sousa da</u>
Mota , para dizer que o Bloco de Esquerda faz esta recomendação, não é nada de novo, c
próprio executivo já fez até melhor do que isto no caso Covid, por isto, é uma recomendação
que nós entregamos ao executivo para que pense nesta recomendação e que consiga fazer
melhor, e como já fez com o Covid e ponho à discussão, neste caso à votação que os outros
partidos não têm tempo. Tenho dito
Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à
votação a Proposta de Recomendação - Cria o Programa de Apoio Municipal às
famílias e empresas afetadas pelo aumento do custo de vida - (subscrita pela
Bancada do BE), tendo sido obtido o seguinte resultado:
DDD/ DODTIMÃO CDU DEDUTADA

VOTAÇÕES	PS	PPD/	CHEGA	PORTIMÃO	BE	CDU	PAN	DEPUTADA	
VOINGOLO	1.5	PSD	CHECK	+ FELIZ (*)	DL	(PCP/PEV)		INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS	0	0	0	2	2	0	0	0	4
A FAVOR		O	Ü	۷	_		J	Ü	
ABSTENÇÕES	0	5	3	0	0	0	1	0	9
		3	3	, and the second	Ü		-	, and the second	,
VOTOS	15	0	0	0	0	1	0	0	16
CONTRA	13	J	J	J	J	<u>-</u>		J	10





----- Faltou a Sra. Deputada Independente Ângela Venâncio Quadro, por motivos de saúde. ---------- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **<u>Isabel Andrez Guerreiro</u>** informou que se seguia para apreciação o ponto 3) da ordem de trabalhos - Apreciação da Informação Escrita apresentada pela Presidente da Câmara Municipal de Portimão nos termos do artigo 25°, n°. 2, alínea C), da Lei 75/13 de 12 de setembro. ----------- Pediu o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila, gostava em primeiro lugar, de congratular toda esta Assembleia, porque hoje fazemos um ano que fomos eleitos e, portanto, acho que é reconhecido o trabalho que temos tido aqui nesta Assembleia, e agradecer também, porque estando deste lado, tem sido também para mim um motivo de orgulho o estarmos perante vós a prestarmos contas do trabalho que temos feito, o muito que temos feito e o muito que ainda está por fazer e é isso que vamos continuar a trabalhar. Posto isto, gostava também na informação da senhora Presidente, de dizer também das melhorias que temos tido agora no nosso parque escolar e o que vamos fazer ainda e, portanto, o parque do Pontal já foi inaugurado, iremos fazer também um outro parque ao lado da escola Júdice Fialho. Depois, vamos fazer melhoramentos na escola do Fojo, pedida já muito e, portanto, finalmente existiram concorrentes e vamos fazer. ---------- No Malheiro também já abrimos concurso, eu vou mais uma vez também dizer, existiram concorrentes e, portanto, a obra também vai ser executada. Nos Montes de Alvor, a obra já começou, também no parque exterior da escola e na estrada de Alvor, conseguimos fazer a obra nas férias, a ampliação do refeitório e que também já está em funcionamento. Felizmente assim que começou o ano letivo, pudemos começar a utilizar aquele espaço. ---------- Depois, acho que em janeiro, o prolongamento das medidas de Covid e acho que isto também tem sido uma grande marca deste executivo, foi acompanharmos as pessoas que mais precisam com o Covid, tanto as pessoas, como as empresas também, mas estávamos a melhorar, isto o quadro da incerteza com a guerra na Ucrânia, trouxe-nos em fevereiro esta incerteza toda dos tempos que vivemos hoje e, portanto, é isto aqui que está a explanar as nossas contas, apesar de termos umas contas certas e umas contas positivas, temos algum receio, e o Bloco de Esquerda aqui hoje já fez referência também, nos apoios que se calhar vamos ter que dar à nossa população e, portanto, é isso que vamos estar sujeitos neste ano de mandato. ----------Eu também sei que, vão-me já dizer, amortização da dívida. Ainda bem que neste momento temos saldo positivo para ajudarmos quem mais precisa. Tarde chegará o tempo e já tenho dito isto nalgumas reuniões, em 2025, deixamos de ter endividamento excessivo se tudo





continuar a correr como está previsto. Se tivermos e se a guerra também acabasse, acho que já estávamos se calhar todos em condições de amortizarmos até parte da dívida, para que esta conversa deixasse de ser aqui tema de todas as assembleias que temos, mas contudo, o executivo encontra-se a trabalhar, vamos continuar, foi para isto que fomos eleitos e é para cumprirmos também o programa que nos propusemos, e gostava também de dizer aqui que a obra do canil municipal, finalmente existiram concorrentes e já foi adjudicada. -----------O parque da juventude, não existindo concorrentes, vamos neste momento preparar um novo procedimento com outros valores para podermos lançar o novo concurso, e temos também um parque ao pé do mercado que também não existiam concorrentes e vamos preparar um novo concurso também com outros valores. Hoje, os valores é quem manda, está tudo a aumentar, a matéria-prima está toda a aumentar, a mão-de-obra está a aumentar e, portanto, temos que atualizar e lançarmos as obras que nos faltam, mas há uma coisa que vamos querer cumprir, é aquilo que prometemos aos portimonenses e é esse o trabalho que temos estado a fazer e é esse o trabalho que vamos querer fazer no resto do mandato, ou seja, nos próximos ---- Agradecer também, uma vez que estão aqui os nossos chefes de divisão e os diretores, por todo o apoio e neles agradecer a todo o pessoal este ano que temos tido de muito trabalho e é assim que vamos continuar a fazer, para que a nossa cidade esteja cada vez melhor. Senhora Presidente, muito obrigado. ----------- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que agradece todos os esclarecimentos, agradece também o facto de ter relembrado que iniciaram o mandato há um ano, e que tem sido um gosto trabalhar nesta Assembleia Municipal, e carreguem a Assembleia Municipal com concursos e com toda essa situação que estão cá para isso, e é para isso que querem. Queremos que o executivo trabalhe muito para nós deliberarmos mais ainda. Obrigado e também os cumprimentos extensivos como sempre aos senhores diretores, chefes de divisão que aqui estão, que sem eles não é possível trabalhar, obviamente executar obra. Agradecer também e agradecer também a colaboração do executivo municipal durante este ano nas relações que tem tido de prestação de contas à Assembleia Municipal, tem sido sempre de forma rápida e célere, toda a informação que é pedida pelos senhores deputados tem vindo toda celeremente, de forma célere e de forma muito clara, tudo o que é pedido pelos senhores deputados municipais, todas as forças políticas e incluindo a CDU e o PAN que estão alegremente em diálogo. ------





Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda Pedro Miguel Sousa da
<u>Mota</u> , sobre uma moção que foi aqui discutida do CDS. Eu acho que a atividade do Comité das
Regiões da senhora Presidente, podia estar inserida aqui na informação da senhora Presidente,
acho que fazia sentido, mas fazia sentido estar aqui também, já agora
Eu começo aqui pela rua de São Pedro, que as obras nunca mais acabam, as pessoas já se
queixam. Abrem buracos, fecham buracos, abrem buracos, eu trabalho lá perto e vejo
realmente que as obras nunca mais acabam, acho que há mais de sete meses que aquilo está
tudo, pelo menos há sete meses que eu estou lá e vejo que aquilo não passa dali
Também temos a passadeira que também está ali desnivelada e que até agora ainda não
conseguiram fazer uma passadeira nova
Falo também da passagem de nível, entre o Aqua e a rua de São Pedro, que é a rua de São
Pedro, que desce-se por umas escadinhas, sobe-se e passa-se para o outro lado da rua de São
Pedro. Eu queria também aqui recomendar se fosse possível, que essa passagem de nível
desnivelada que os deficientes pudessem passar por lá, ou seja, porem umas rampas para que
os deficientes ou as pessoas com mobilidade reduzida pudessem passar essa passagem
desnivelada
Falo aqui também mais uma vez das casas-de-banho. Acontece que a praia da Rocha ainda
se encontra com muitos turistas e as casas-de-banho quando eu passei lá às vinte e uma horas,
estavam fechadas, as de Alvor também é a mesma coisa e o Gil Eanes já nem falo nisso, que
acho que só fecha às cinco horas e depois as pessoas que saem do comboio não têm casa-de-
banho. Praia da Rocha, Alvor e Portimão. Estavam todas fechadas e não têm horário de serviço,
nem sequer horário de serviço têm!
Queria também saber como é que está esta questão da falta de água, se as piscinas
municipais vão encerrar ou não conforme já houve algumas informações da parte do governo.
Mais uma vez, o Bloco de Esquerda trouxe aqui há mais de quatro anos uma moção que foi
passada aqui, para fazerem a dessalinização, ou arranjarem outra situação sobre a água, e até
agora já gastaram duzentos e tal mil euros em estudos e as dessalinizadoras continuam ainda
por criar
Começando aqui na informação da senhora Presidente, temos aqui a situação, nesta vez
até vantajosa para a Câmara, saída de dez trabalhadores, mas estão em concurso dezanove
trabalhadores e oito possivelmente para as escolas
Temos outra situação que já falei aqui da moção que tínhamos aqui de ajudar as famílias
nas ajudas que já foi feito também para o Covid e está aqui explanado na página oito, que a





Câmara até agosto teve um excesso de quase doze milhões de euros, com as receitas de IMI e de IMT quase dezoito por cento do orçamento. Por isso têm aqui uma verba que poderia dar continuidade à recomendação do Bloco de Esquerda, e a despesa, apesar de não ser muito significativa, mesmo assim houve um decréscimo de zero sessenta e quatro por cento. ----------- Também queria questionar aqui o outro assunto das câmaras de videovigilância. Pareceme, eu não tenho a certeza, não consegui verificar isso, não vi as câmaras colocadas, naquela rotunda do repuxo em frente ao J. Pimenta, não vejo ali câmaras, nem desse repuxo até à praia do Vau, naquele passadiço que muitas vezes até está escuro, muitas vezes nem está iluminado. Gostaria de saber se nesse sítio vai haver câmaras ou não, e também darem continuidade, que esse trajeto tenha sempre luz. Muitas vezes nós passamos lá e não há qualquer luz ali acesa. Para já, fico-me por aqui, depois poderei fazer mais outras questões. ----------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD Ricardo Viana, para dizer que há algumas perguntas que pretende fazer e algumas questões. -----------Lembro-me que em maio de 2017, a Câmara Municipal de Portimão, cedeu um terreno para as futuras instalações da polícia judiciária. Dizia a escritura que ao fim de três anos, o terreno, caso não se iniciassem as obras, reverteria novamente a favor do município. Gostava de saber como é que está esta situação, as obras ainda não começaram, já inclusive retiraram o placar que dizia lá da construção das novas instalações e, portanto, numa altura que se fala de excesso de alunos, acho que foi o ano em que mais alunos se matricularam neste concelho, penso que eventualmente aquele terreno faria falta para outras instalações, por exemplo escolares. Esta é uma das questões que eu gostava de saber como é que está esta questão do protocolo com o Ministério da Justiça e para as instalações da polícia judiciária. ----- Outra questão que eu gostava de colocar, é se a Câmara Municipal, e pergunto ao senhor Vice-Presidente, porque também faz parte do Conselho de Administração, se a Câmara Municipal tem acompanhado a execução da delegação de competências na EMARP, quanto aos processos contraordenacionais, se está previsto algum relatório de acompanhamento, como é que está a decorrer, como é que estão a decorrer os procedimentos administrativos dessas contraordenações e gostava de ver esclarecido isso. Ah! Eu peço desculpa, e também à senhora Presidente da Assembleia Municipal, hoje tivemos catorze moções a votação e discussão, o PSD tinha dez minutos para, estamos a falar de catorze que dá um minuto e quarenta por cada. Eventualmente, o regimento tem que ser alterado e prever que eventualmente, quem apresenta, eventualmente não conte o tempo, não é, ou ao contrário, quem defender, também esse tempo não contará e haveria ali uma folga, porque eventualmente está-se aqui a inibir as





pessoas de poder defenderem ou apresentarem as suas moções e não se discute essencialmente o problema e às vezes há coisas a dizer e que as pessoas ficam sem tempo, e depois levantamse estas questões, dá-me minutos, tira minutos, e acho que isto eventualmente poder-se-ia pensar numa alteração ao regimento, para precaver estas situações. ----------- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal Isabel Andrez Guerreiro, para dizer que essa discussão do regimento está a ser feita, e esta experiência deste ano vai ajudar muito nessa alteração. ----------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Luís Filipe Custódio**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que tem duas questões a pôr, que é o seguinte. A estrada que vai da rotunda do repuxo à Simão Bolívar, tem várias passadeiras, à rotunda Simão Bolívar, portanto penso que seja V3 ou V6, falha-me sempre ali o nome, ela tem várias passadeiras e eu presencio já por diversas vezes que os carros que saem da praia do Alemão, no sentido de Alvor Portimão, passam por cima dessas passadeiras e fazem inversão de marcha. Se não seria viável colocação de pilaretes ou pinos, para impedir que esses carros passem por cima das passadeiras. Portanto, eles fazem inversão de marcha nas passadeiras. Isto é uma questão. ----------- Outra questão também a pôr aqui, é a reparação do pavimento da estrada nacional 531 entre a Penina e os Montes de Alvor, para quando é que é o seu início, e se não está em perspetiva a criação de uma rotunda em frente à igreja da Penina, na medida, uma forma de escoar o trânsito naquele cruzamento que em horas diferentes é caótico, do escoamento do trânsito. Ok? Era só, para agora. ----------- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila, se calhar responderia primeiro ao PSD, e em 2017, o terreno que foi dado à polícia judiciária, finalmente há dois meses foi apresentado o projeto, portanto pensamos que terá um bom fim, assim o esperamos, mas na realidade pois se não tiver, não é por causa daquele terreno que não vamos ter mais escolas. Aliás, e a senhora Presidente hoje, esteve numa reunião e mesmo por isso. A nossa necessidade é tão urgente, que estamos a ver como é que conseguimos arranjar uma escola o mais depressa possível, e é esse o trabalho que estamos a fazer também. ----------- Na realidade está aqui a senhora vereadora que poderá dizer melhor do que eu, mas na educação este ano tivemos mais trezentos e vinte alunos, e trezentos e vinte alunos flutuante, isto é menos de nada, foram muitos alunos e por isso temos esta necessidade e vamos ter que





trabalhar rapidamente, mas não é por falta daquele terreno, mas também queremos que a sede da polícia judiciária seja feita e é isso que todos ambicionamos. ---------- A delegação de competências nos processos administrativos, EMARP, isso depois vou solicitar ao administrador da EMARP que dê o esclarecimento que o senhor deputado assim necessitar. ----------- Quanto às passadeiras e à estrada 531, passaria ao meu colega José Cardoso para poder responder ao deputado do Chega. ----------- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **José Pedro Cardoso**, relativamente às passadeiras, penso que está a falar da V3, não é? Ali no percurso entre a Simão Bolívar e a rotunda do repuxo. Bem, eu desconhecia essa situação, mas eventualmente posso pedir aos serviços para avaliar a possibilidade de colocar algum tipo de barreira no separador central, porque penso que se fazem inversões de marcha. ----------- Interveio o deputado municipal da bancada do Chega **<u>Luís Filipe Custódio</u>**, já presenciei várias vezes. ----------- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **José Pedro Cardoso**, se existem inversões de marcha feitas com base em passadeiras sobrelevadas, suponho que seja para a outra via, portanto, têm que passar por cima do separador central para o efeito. --------- Relativamente à estrada M531-1, o projeto desta estrada está em fase final, devemos estar a receber o projeto concluído este mês. Estamos a falar de uma intervenção complexa, com alguma dimensão e com algum custo e que envolverá a aquisição de terrenos por via do direito privado, ou através de expropriação no quadro do interesse público. Portanto, vai ser um processo que ainda vai demorar algum tempo, mas que está a decorrer. De qualquer das formas vai iniciar-se, eu julgo que é na próxima semana, a pavimentação do troço que está pior neste momento, que é entre o aeródromo e a Penina. Portanto, toda aquela zona entre o aeródromo e a Penina, não sei se é exatamente todo, mas é grande parte. Essa é a zona que de facto está pior ali naquela estrada e vamos fazer a pavimentação desse troço, julgo que é já a começar na próxima semana, se não for na próxima é na semana a seguir, mas é uma intervenção curta, dois, três dias, e vai reparar todo aquele troço que é o troço que de facto tem mais buracos e que tem mais fendas e que está em pior estado de conservação. Obrigado, senhor Presidente. ------ Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila, para dizer que o deputado Pedro Mota ainda não está, mas eu se





----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer ao senhor Presidente para dar a resposta ao senhor deputado Marco. --------- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila, na rua de São Pedro, é uma obra conjunta com a EMARP, e surgiram alguns problemas até de falta de material, dadas as múltiplas ligações que existiam entre os prédios e a canalização e, portanto, foi necessário também, e o empreiteiro não tinha material suficiente, e por isso a obra atrasou, e falta de pessoal também. Portanto, isso também eu vou lá muitas vezes e vejo que aquela obra tem falta de pessoal também para conseguirmos terminar aquela obra que penso que mais um mês e foi esse o prazo e estará terminada. ----------- Quanto às casas-de-banho, na realidade, temos falta de pessoal e muito pessoal e por isso não conseguimos abrir as casas-de-banho fora do horário normal de trabalho, e já este ano tivemos que recorrer a uma empresa para nos poder ajudar, porque senão não conseguíamos fora e estas mais aqui na zona ribeirinha e na praia da Rocha que são as mais utilizadas, o horário tem que ser alargado e, portanto, o pessoal que temos não é suficiente. No entanto, o senhor deputado falou também que as pessoas chegam de comboio, mas a CP também tem casa-de-banho. Falou no Gil Eanes na falta de casa-de-banho, mas penso que a CP também tem a casa-de-banho aberta.

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança) <u>João Pedro Gonçalves Marques Caetano</u>, para dizer que tinha várias perguntas, uma delas já foi aqui focada, que tinha que ver com a 531-1. Senhor vereador





José Cardoso, agradecia era que quando fizessem a intervenção que vão agora efetuar, que houvesse aviso prévio à população, aos utilizadores. No dia 3 de agosto fizeram lá uma colocação de um pequeno troço de alcatrão, foi uma coisa que durou dois dias, mas foi uma péssima surpresa para quem passa ali diariamente, especialmente de manhã. No dia 3 de agosto, vi filas com quase um quilómetro até à igreja da Penina e, portanto, convém avisar as pessoas.

----- Depois, relativamente ao plano de eficiência de mobilidade urbana sustentável. Eu vi a apresentação pública na quinta-feira, com muito interesse, enfim, não vou dizer com muito agrado, porque houve ali coisas que são coisas que são faladas há muito tempo, conforme eu disse lá, queria que ficasse aqui uma garantia do executivo nesta Assembleia que o plano virá cá para ser discutido e aprovado, embora não seja legalmente obrigatório, mas queria sobretudo que no âmbito da discussão pública que vai ser feita, queria que houvesse aqui uma garantia e





um compromisso do executivo, que vai ser uma discussão pública aprofundada e partilhada com a cidade e com os cidadãos. Porque não vale a pena estarmos a fazer um plano que não seja devidamente discutido e debatido previamente com a cidade e com as forças vivas da cidade. Portanto, queria que o executivo deixasse aqui essa garantia. E depois pegando numa coisa que vi no fim dessa sessão na quinta-feira passada no Arena, quero saber se o executivo está ou não a pensar em fazer um plano de eficiência energética para os edifícios municipais. Eu quando sai daquela reunião na quinta-feira, lá no auditório do Arena, eu verifiquei que a nave do Arena estava com as luzes todas acesas. Não sei se havia algum evento àquela hora, eram mais ou menos oito da noite, o senhor Vice-Presidente e o senhor vereador também lá estavam e estranhei que estivesse tudo aceso na nossa central do pavilhão e, portanto, se calhar na altura em que estamos era capaz de ser boa ideia pensar-se num plano de eficiência energética para os edifícios municipais. Disse. ----------- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, senhor Presidente em exercício, aproveitando a sua digna dissertação de ainda agora, uma vez que disse que aproveitaria a água das piscinas, é só atravessar a avenida para o outro lado para rega, reque-me os jacarandás por favor com o cloro! Pronto, isto foi só um aparte. -------- Agora, queria pôr duas questões. No que concerne à metrologia da Câmara, eu li que em junho, fizeram-se cinquenta e três verificações, julho trinta e quatro, agosto encerrado possivelmente para férias. Tudo bem. A minha pergunta era saber se este organismo tem verificado as bombas gasolineiras do concelho, e se realmente os selos que lá estão apostos, se condizem com a verdade. ----------- Outra questão. Que medidas estão a ser tomadas para a reabertura do centro de convívio sénior de Portimão? Está lá escrito que está fechado desde junho por falta de pessoal. Tenho dito, obrigado. ---------- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila, o horário na realidade do nosso reboque, e o reboque o que tem feito muitas vezes, é quem está estacionado em lugares com pessoas com mobilidade reduzida, é para taparem garagens e quando somos solicitados e quando estamos estacionados em cima de passadeiras, é nisso que utilizamos mais o reboque. E o reboque o que está a ser, o horário que temos lá, é conforme está na legislação, pode estar aberto até às dezoito e é isso que estamos a cumprir, senhor deputado. ----------- Quanto aos blocos de parto, isto acho que é um assunto transversal e ainda agora aqui quando falámos no hospital, quase que pensei que estávamos todos contra a construção do





novo hospital, acho que estamos todos de acordo e estamos todos preocupados com o Bloco de Partos estar fechado tantas vezes e, portanto, mostramos sempre esta preocupação, senhor deputado, e acho que isso devemos estar todos juntos também neste sentido. Agora, médicos, também ainda quando tivemos a reunião, vimos que não conseguíamos arranjar. ----------- Do plano de mobilidade, depois já vou passar ao meu colega e da água, eu quando falei da água sim, é verdade. Este assunto tem sido abordado pela APA, e é para experimentarmos nalguns sítios o que é que podemos fazer. É verdade que a água vem com cloro, mas depois os níveis vão baixando e, portanto, temos que ver porque a água vai ficar depositada e temos que ver a maneira com que é que vamos experimentar, vamos fazer alguma experiência neste sentido e vamos guerer fazer, sabe porquê? Porque acho que se o conseguirmos fazer, de cada piscina municipal nós temos que tirar por dia dez por cento daquela água e, portanto, é muita água que estamos a desperdiçar e água potável e, portanto, temos que ter muito cuidado e é esse o trabalho que vamos querer fazer, senhor deputado. Portanto, se pudermos aproveitar essa água, vamos aproveitá-la e, portanto, disse e reafirmo aqui aquilo que disse. Se conseguirmos, será também passado depois para o relatório da senhora Presidente, a água o que conseguimos aproveitar e como é que vamos utilizá-la. ----------- Quanto à metrologia, a metrologia é só para balanço, os nossos serviços não estão credenciados nem para bombas de gasolina, nem para os tacógrafos das viaturas, dos taxistas e, portanto, e nisto ainda não temos essa competência para o poder fazer. -----------Ó senhor deputado, do Portimão Arena, neste momento, as luzes eu não sei, já perguntei, devia haver lá algum evento para poder estar a ser montado, para aquilo estar ligado. Não tinha que estar ligado senhor deputado, e a eficiência energética no Portimão Arena é daqueles sítios que tem de tudo, mas isso depois a seu tempo vou-lhe apresentar, sim, sim. ----------- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **José Pedro Cardoso**, relativamente ao plano de mobilidade urbana sustentável, tal como foi dito na sessão de esclarecimento e recolha de contributos, que aliás deixo aqui nota que tenho pena, teve muito pouca afluência da parte dos membros da Assembleia Municipal, penso que só vi lá o deputado João Caetano e eventualmente mais um ou outro deputado, mas de facto a afluência foi fraca em termos de autarcas, mas tal como foi apresentado, há um compromisso da parte do executivo em aprovar o plano até ao final do ano e obviamente colocá-lo à discussão pública em moldes que hão-de ser posteriormente apresentados e trazê-lo à aprovação desta Assembleia Municipal, ainda que ele não seja obrigatório, porque o plano de mobilidade urbana é um documento consultivo, não é um documento de elaboração obrigatória, aliás, a legislação sobre





----- Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos** Santos Mendes, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que relativamente aos centros sénior, conforme já tinha dado a informação em reunião de Câmara, e pensa que também na Assembleia, continuam as três animadoras de baixa médica, baixa médica prolongada. No entanto, estivemos a funcionar. O centro sénior de Portimão conforme também já tinha dito, os utentes foram distribuídos pelas Sobreiras e pelo Pontal, neste momento, temos um novo projeto na área digital no centro sénior de Portimão, que irá abrir, portanto não vai abrir a tempo inteiro como tínhamos anteriormente, mas com um técnico dos nossos serviços de informática e com uma outra animadora de um outro centro, irá abrir parcialmente para implementar o projeto e para mantermos o vínculo com esses utentes. Para além disso, temos um projeto de voluntariado que foi feito e que também vem aqui no relatório da senhora Presidente, foi dada formação a alguns voluntários que estão a dar apoio neste momento nas Sobreiras, está a funcionar bastante bem, também irão ajudar neste centro, para além de uma candidatura que fizemos a CEIS. Uma vez que estes funcionários continuam a ter vínculo com a autarquia, não podemos fazer nova contratação, portanto enquanto eles se mantiverem de baixa, estamos a fazer neste momento a candidatura, fizemos já a candidatura e vão-se iniciar as entrevistas, para termos alguns contratos de inserção, pessoas que tenham perfil para trabalhar com esta população, na tentativa de colmatarmos esta necessidade de





substituir estas três funcionárias e termos os dois centros sénior em funcionamento porque são necessários. Disse, senhora Presidente. ----------- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da** Mota, como o senhor Vice-Presidente não conseguiu também aferir como eu não consegui aferir se havia câmaras naquele trajeto, e aqui faço-lhe mais um forcing, nesse trajeto, acho que para mim é que fazia mais falta as Câmaras, é que quando não há ali policiamento, não há pessoas ali a circular tanto como na Tomás Cabreira, e mais a mais, como sabe também, existe ali a concentração da comunidade cigana, não é com isto que haja problemas, mas se calhar as câmaras ajudavam também ali a resolver algumas questões. ---------- Outra situação que nós temos aqui, já é uma situação que já temos trazido aqui muitas vezes, é as falésias, mais uma vez Portimão está inserido, e estou a falar de uma reportagem que saiu na televisão, que onde há mais perigo em termos de falésias e quedas de pessoas tem sido no concelho de Portimão, e realmente eu vi que realmente nesse mesmo trajeto durante o dia vi que algumas barreiras daquelas que estão ali, estão destruídas e muitas delas já não existem. Fazia aqui até mais um forcing, eu sei que isso neste momento acho que ainda não pertence à Câmara, mas fazia um forcing para verificar aquelas barreiras de proteção, apesar das pessoas terem lá as barreiras, as pessoas ultrapassam as mesmas, mas isso já não é das vossas competências, mas sim, pelo menos repor aquelas que estão destruídas e que já não se ______ encontram lá. ----- Outra situação que tínhamos aqui para falar, era da página cinquenta e sete, já vi que reduziram o número de pessoas sem-abrigo, eu recordo-me que eram mais ou menos cento e cinquenta e oito e neste momento temos aqui cento e quarenta e cinco, mas mesmo assim, eu estou a ver novamente muitas pessoas sem-abrigo nos locais normais onde aqueles cinco se encontram, tipo no Continente, no Lidl, aqui na zona ribeirinha, estou a ver novamente muitas pessoa sem-abrigo, ao pé da ponte e etc. ----------- Aqui também na página trinta e seis, não é só falar mal, mas também falar bem, gostei muito de ver aqui o prémio literário Manuel Teixeira Gomes, com duzentos e setenta e nove trabalhos para este prémio. Neste momento, fico-me por aqui, gostaria de saber mais essa situação das falésias e das câmaras. ----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega Luís Filipe Custódio, para dizer que era uma coisa rápida. Era só saber em relação à 531, se estão a equacionar a rotunda em frente à igreja da Penina ou não, portanto, se está a ser equacionada essa possibilidade. Obrigada. ------





----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila, quanto às falésias, respondendo ao deputado do Bloco de Esquerda, vou ver. No entanto, estava a falar nas falésias cá em cima, na arriba, é isso? Portanto, deve ser alguma barreira que está partida. Tudo o que sejam questões de segurança, isso aí iremos logo repor e rapidamente. ----------- Quanto às câmaras, falou-me na rotunda do repuxo? Porque se é na Tomás Cabreira, a Tomás Cabreira tem, senhor deputado. Está-me a falar ao pé do repuxo da casa algarvia se calhar, ao pé do bar do Ju, mas aí tem câmaras de videovigilância. ---------- Quanto à rotunda da 531, ao pé da igreja da Penina, o projeto contempla uma rotunda. ------- Não havendo mais intervenções e esgotado o tempo regimental previsto para esta sessão, quando eram zero horas e quinze minutos, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel** Andrez Guerreiro deu por concluída a 1ª reunião desta 4ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e dois, realizada no dia vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e dois, e desde logo ficou agendada a continuação dos trabalhos para o dia três de outubro, no mesmo horário e local. ----------2ª Reunião da 4ª Sessão Ordinária de 2022 - 1ª Mandato 2021-2025-----------Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, em cumprimento da convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Ordinária, no Auditório do Museu Municipal, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a presidência da sua Presidente, excelentíssima senhora **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvada por **Carlos** Alberto Garrinho Gonçalves Café, e Sheila Gassin Tomé, respetivamente Primeiro e segunda Secretários da Mesa.-----

NOMES DOS MEMBROS DA	FORÇA POLÍTICA			
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO				
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista			
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista			
Ricardo Jorge Silva Viana	Partido Social Democrata			
Andreia Filipa Muchacho de Sousa	Partido Socialista			
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente			
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA			
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista			





Natalino António Gomes Alves	Partido Social Democrata
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco Esquerda
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz"
	(CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
Raquel Bernardino	Partido Social Democrata
Patrícia Ferro	CHEGA
Sheila Gassin Tomé	Partido Socialista
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
Pedro Jorge Marques Moreira	Partido Socialista
Rui Norte	Partido Social Democrata
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz"
	(CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Daniela Marlene da Conceição Duarte	PAN
Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira	Bloco Esquerda
Luís Filipe Custódio	CHEGA
Carlos Alberto Osório	Partido Socialista
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Maria da Luz Cabeço Garrancho Santana Nunes –	Partido Socialista
Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	
Ivo Miguel Inácio Carvalho–	Partido Socialista
Presidente da Junta de Freguesia de Alvor	
José Vitorino da Silva Nunes –	Partido Socialista
Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	

------Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por





força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Paulo Canha	1	03/10/2022	Patrícia Ferro
PSD	Cristina Velha	1	03/10/2022	Raquel Bernardino
PSD	Carlos Eduardo G. Martins	1	03/10/2022	Ricardo Jorge Silva Viana
PSD	Américo Mateus	1	03/10/2022	Rui Norte

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do

Executivo:-----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Isilda Maria Prazeres dos Santos V. Gomes	Presidente – Partido Socialista
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Vice-Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vereadora – Partido Socialista
João Vasco Gambôa	Vereador – Partido Socialista
José Pedro Cardoso	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Ana Maria Chapeleiro Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
Luía Mararal da Carralla a Carita	Vereador - Coligação "Portimão Mais Feliz"
Luís Manuel de Carvalho Carito	(CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)

-----Por Parte do Executivo da Câmara Municipal de Portimão não estiverem presente: ------

Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador - CHEGA
--------------------------------------	------------------

------Quando eram vinte e uma horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal <u>Isabel Andrez Guerreiro</u>, declarou aberta a <u>2ª reunião</u> <u>da 4ª Sessão Ordinária de 2022</u>, cumprimentando todos os presentes, e informou que iriam continuar com o ponto 3- APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELA





PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO nos termos do artigo 25º nº. 2, alínea c) da Lei 75/13 de 12 de Setembro,---------- Ficou com o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que na Assembleia de 25 de fevereiro, colocaram uma questão sobre a reabertura da escola da Figueira, na altura baseada precisamente nos dados do Censos de 2021, que se demonstrava um aumento da população de crianças na freguesia da Mexilhoeira, na altura a senhora Presidente garantiu que se esse aumento fosse realmente real, que iria fazer todos os esforços e encetar os esforços para a reabertura da escola. Começámos assim um novo ano letivo, e perguntamos assim à Câmara se tem conhecimento, através da pessoa da senhora Presidente da Assembleia, de quantas crianças foram matriculadas na EB1 da Mexilhoeira, residentes na Figueira, e se perante esses dados, ponderam em reabrir a escola. ---------- Depois, aqui há outra questão, que é em relação, ali na praia dos Careanos, foi vedado pelo dono do estabelecimento comercial o acesso ao chamado caminho de ronda, que é domínio público. Gostaríamos de perguntar se a Câmara tem conhecimento deste facto e o que é que pretende fazer para repor a situação, e por agora, depois voltarei a fazer outra intervenção. ---------- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PAN **Daniela Marlene da** Conceição Duarte, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que têm duas questões. Considerando o aproximar do estado do tempo frio e chuvoso, qual a data e a duração prevista para os abrigos temporários, e também com o aproximar das épocas festivas, gostaríamos de saber se é já neste ano que haverá fogo de artifício silencioso, segundo a recomendação que foi aprovada nesta Assembleia. ----------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD Vítor Manuel Campos Couto, que começou por cumprimentar todos os presentes, e começar a sua intervenção por endereçar os parabéns à senhora Presidente, pela eleição para a presidência da Comissão de Recursos Naturais do Comité das Regiões e que dessa eleição esperam todos que advenham novas oportunidades e dividendos para a qualidade de vida dos portimonenses. ----------- Dito isto, eu queria começar a intervenção que está aqui dividida em três pontos, pelo parque da juventude. ----------- O parque da juventude que foi inaugurado em 1996, durante estes vinte e cinco anos, só teve duas pequenas intervenções. Em 2016, fez uma intervenção no circuito de manutenção, cujos equipamentos estavam a necessitar de urgência no seu arranjo, assim como o mobiliário urbano e depois mais recentemente em 2019, salvo erro, o clube Bicross fez a pista de Bicross





que lá existe. Acontece que essa pista, o clube parece que se advoga agora dono da mesma, uma vez que impede os restantes utentes daquele parque de irem para a pista e, gostava de saber se isso tem a concordância da Câmara, ou se aquilo de facto é um equipamento público, ou se não. É que mesmo quando não há provas, parece que estão impedidos os outros utentes de usar a pista. Gostava de ver esse assunto esclarecido. Mas voltando ao estado do parque, é assim, há cinco anos pelo menos que retiraram as balizas do campo de jogos, desmantelaram o skate parque, os equipamentos que lá estavam de facto já eram necessário ser substituídos ou retirados, porque representavam perigo para os seus utentes, e agora neste verão, no final deste verão, foi desmantelado também o parque infantil.

-----Eu ouvi já muitas vezes falarem da requalificação do parque, estava lá um grande placar até, sabemos que há planos disso, eu gostava era sinceramente de saber quando é que essa requalificação vai ser feita. Porque, já foram anunciados investimentos. Em 2018, oitocentos e cinquenta mil euros, em 2020, a senhora Presidente disse que o parque ia renascer de cara lavada e prometeu um investimento de um vírgula três milhões, e até agora, passado estes anos todos, vinte e cinco anos, nada foi feito pelo parque, até a relva infelizmente já desapareceu. Acho que era importante, é um espaço que bem aproveitado os portimonenses certamente agradeciam e iam usá-lo, e no estado de abandono, sinceramente acho que não é agradável lá estarmos.

----- Depois, também a semana passada, em notícias, vemos a CCDR Algarve defender e bem uma ligação internacional de alta velocidade na ferrovia de Faro a Sevilha. Eu parece-me que a CCDR Algarve está-se a esquecer que o Algarve não é só Faro. Se nós nos queixamos muitas





vezes da centralização que há em Lisboa, também às tantas aqui no Algarve também sofremos um bocado disso, da centralização de recursos na sua capital e esquece-se o Algarve. Basta recordar que por exemplo Sagres está a cem quilómetros de distância e nós aqui temos problemas também na ferrovia bastante graves, ou seja, nós temos uma linha ferroviária do século passado que as suas máquinas não têm o mínimo de conforto para os seus utentes, no verão com os turistas vão lá todos amontoados, e como a senhora Presidente disse há algum tempo, era uma experiência a não esquecer pela negativa. Nós revemo-nos nisso também e gostávamos de saber também o que é que a Câmara de Portimão tem feito, qual é na sua magistratura de influência junto da CCDR, para que vejam o Algarve todo e se é muito importante de facto uma ligação do Algarve ao exterior, à União Europeia e a Espanha neste caso em concreto, também achamos também importante pensar nos residentes, naqueles que todos os dias utilizam este meio de transporte para trabalhar, para ir a algum lado, para ir ao hospital, que precisam dele e que também têm que ser olhados, e às tantas de uma forma primordial, assim como assistimos também ao governo central, a semana passada a anunciar uma linha TGV, muito bem, Lisboa Porto, que vai passar a demorar uma hora, mas nós aqui vamos estar a continuar a três horas de distância de Lisboa. Por isso, eu gostaria de perguntar o que é que Portimão tem feito para tentar acabar com esta assimetria e procurar favorecer os portimonenses naquilo que for possível. Muito obrigado. ----------- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria** Prazeres dos Santos Varges Gomes, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e referir que vai começar exatamente por responder às últimas perguntas do senhor deputado municipal Vítor Couto. ----------- Em primeiro lugar, agradecer-lhe os parabéns que me dá e dizer que ontem, dei uma entrevista à CNN e estava no ecrã Comissão NAT, e depois estava Comité das Regiões. ----------- Bom, sei que já anda aí uma fake news a dizer que eu não desmenti, porque o jornalista obviamente às tantas disse «Presidente do Comité das Regiões», obviamente que nem sequer me passou pela cabeça desmentir, porque eu só falei na Comissão NAT, e tive oportunidade de dizer que o Comité das Regiões é composto por seis comissões. Portanto, está gravado, não tem problema nenhum, quem quiser ouvir eu posso-lhe passar a gravação. Portanto, não é fake news, eu falei da Comissão NAT, que é a Comissão dos Recursos Naturais. ----------- Já agora, porque às seis da manhã vou ter que me levantar para ir para Lisboa para apanhar o avião para ir para Bruxelas, deixem-me só dar-vos ideia, dentro de alguns temas que vão ser debatidos, do seguinte. Reforma do sistema de indicações geográficas e que tem a ver





com «Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo às indicações geográficas da União Europeia para o vinho, as bebidas espirituosas e os produtos agrícolas e aos regimes de qualidade dos produtos agrícolas», vai alterar aqui algumas regras. Depois, temos ainda um outro parecer que é, «preservar a segurança alimentar e reforçar a resiliência dos sistemas alimentares». O anterior vai ser apresentado pela Carine Glaneck Mourin, este segundo pelo Piotri Calvetti. Depois temos um outro que é, «estratégias regionais de adaptação para uma agricultura hipocarbónica», que é, do Ligre Cheseneg Girard, depois temos outro que é «espaço europeu de dados de saúde», que é da Daniela Cimpean, depois temos outro, «equilibrar as necessidades das comunidades locais dos empresários e dos viajantes relacionados com o alojamento de curta duração», do Robert Chambeti, depois temos outro que é, «metas e instrumentos para uma Europa Rural inteligente», que é do Radin, não me atrevo a dizer a outra palavra, porque sinceramente não a sei dizer, e depois há ainda outros assuntos naturalmente que eu não vou trazer aqui. Bom, mas e obviamente há a minha posse e o meu discurso de posse.





----- Depois, a Dra. Lurdes Melo pergunta sobre a reabertura da escola da Figueira. Naturalmente que este ano não foi reaberta, porque também o número de crianças não o justificava, o número de crianças que foi para a Mexilhoeira não justificava a reabertura da escola da Figueira. Vamos acompanhando, obviamente que quando se justificar reabri-la, nós reabri-la-emos. ----------- A praia dos Careanos, não sei a que é que se refere, nem o senhor Vice-Presidente que tem essa área, mas amanhã ele ficou de ir lá verificar o que é que se está a passar. ----------- Senhora deputada Daniela, abrigos temporários, é de quinze de novembro a quinze de março, portanto vão estar abertos, vai mudar de local mas vão estar abertos de quinze de novembro a quinze de março. ----------- Fogo de artifício silencioso. Olhe, eu não me comprometo, sinceramente para este ano eu não me comprometo. Vamos ver, pode ser que algum dia chequemos a ter fogos de artifício silenciosos, mas para já não temos, para já não há fogos de artifício silenciosos e, portanto, penso que respondi a tudo aquilo que me colocaram. Muito obrigada. ----------- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança) Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a sua questão prende-se, e vem na sequência da intervenção do senhor Vice-Presidente na última sessão desta Assembleia Municipal, que disse que o executivo pretende fazer abatimentos à dívida do FAM. A nossa bancada regozija com essa notícia que aliás tem sido uma pretensão da oposição e uma questão aqui colocada transversalmente por todas as bancadas, gostaria era que o executivo informasse quanto, portanto qual é o valor do abatimento à dívida que pretende fazer e para quando é que prevê fazer esse abatimento. Disse. ----------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega Luís Filipe Custódio, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que gostaria de colocar três questões à senhora Presidente. A primeira questão está aqui na página noventa e cinco, Castelo de Alvor, os trabalhos de remodelação, em que pé é que isso está, na medida em que está tudo parado, há mais de dois meses que eu tenho visto que ninguém mexe nessa situação. ----------- Outra questão, tem a ver com o projeto da universidade que a senhora Presidente tinha falado, também se há novidades, o que é que estão a pensar fazer a esse local. E terceira e última questão também, saber, portanto, na situação das entradas de Alvor, no caso ali da Cruz da Parteira, tudo isso, aquele aspeto que está a dar a quem entra na cidade de Portimão, portanto ali em frente ao Continente, ao Intermarché, portanto o que é que estão a pensar fazer daquele local que está ali. Está bem? Obrigado. ------





Gomes Alves, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a sua pergunta vai sempre de encontro àquilo que sempre tem defendido há anos, que é, o resultado líquido que a Câmara apresenta de novo, face ao mesmo período homólogo de 2021. Diz aqui que esse resultado é cerca de quinze milhões de euros a mais do que o período homólogo, trezentas e não sei quantas vezes mais do que aquilo que se verificou. E a minha preocupação é sempre a mesma. A Câmara está debaixo, não tem autonomia própria, continua a não ter autonomia própria, porque deve mais do que aquilo que devia, pelas razões que nós todos sabemos e os portimonenses sabem.

----- Sempre temos defendido que a Câmara não amortize com os valores que tem vindo a realizar e bem, é melhor ter resultados líquidos positivos, do que ter prejuízo como no passado teve. Só que a Câmara é uma empresa excecional, enquanto os outros sofreram com a pandemia, sofreram com a guerra, sofreram com todas as vicissitudes que nós passámos, a Câmara realmente cada vez tem resultados mais positivos e, portanto, deveria na minha opinião amortizar esse empréstimo na quota parte que lhe diz respeito para que figue liberto e que não haja desculpas depois em baixar alguns impostos que as outras câmaras vizinhas fazem, baixar, dar apoio às pessoas em termos de impostos, não cobrar tantas taxas e taxinhas como tem vindo e continua a fazer no concelho de Portimão, para melhorar a vida daqueles que aqui vivem e não de outros que aqui vêm, vêm-nos visitar, portanto pelo menos aqueles que aqui vivem, que contribuem diretamente para o município, poderem ter um desafogo maior do que têm e a Câmara sempre tem negado isso, sempre tem negado contribuir e pagar a dívida antecipadamente, ou pelo menos até ao ponto de ficar liberta do FAM e, portanto, não o tem feito, e eu pergunto qual é a perspetiva da Câmara para este ano, quantos milhões, visto que já em agosto já tem quinze vírgula cinco milhões de euros a mais do que tinha em agosto de 2021. Qual é a vossa perspetiva e se realmente estão a pensar contribuir para diminuir esse empréstimo para poderem então facilitar a vida de cada um de nós, dos portimonenses. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar à senhora Presidente de Câmara que tinha três questões concretas que gostava que respondesse. Primeira questão, entrou em vigor no passado dia 18 de junho a lei de proteção de denunciantes, a lei 93/2021. Queria saber de que forma é que a Câmara está a





implementar essa lei, e se já tem nomeadamente uma plataforma acessível a qualquer cidadão para fazer as denúncias com proteção de identidade dos denunciantes. ----------- Segunda questão. Falou-se já aqui da questão do campus universitário, eu fiquei de alguma forma perplexo com o anúncio que a senhora fez publicamente da localização, ou putativa localização do novo campus no terreno ali junto à aldeia das Sobreiras, e pergunto-lhe diretamente se esse assunto foi discutido nalguma reunião de Câmara, ou em algum fórum nesta cidade, porque eu não me apercebi dessa discussão, e estranhei a senhora anunciar como um facto consumado que o campus vá ser ali, sem haver uma discussão, sem haver um estudo, sem haver debate nenhum sobre essa decisão e, portanto, pergunto-lhe diretamente se é uma decisão tomada e consumada, ou se vai ser objeto de discussão pública antes de se alinhavar financiamentos, démarches com a Universidade do Algarve, etc. ----------Terceira questão, e para terminar. Ouvi com interesse a ordem de trabalhos da próxima reunião que a senhora vai tomar posse do NAT, gostaria era que a ordem de trabalhos e as suas intervenções que há-de fazer nesse órgão e no Comité das Regiões viessem aqui sob a forma de um relatório. Nós, aliás, propusemos isso na reunião anterior, a bancada do PS chumbou, dizendo que era uma coisa até ofensiva, e eu gostava que em lugar da senhora gastar tempo que tem para responder às bancadas, lendo a ordem de trabalhos, que fizesse essa informação, assim como as suas intervenções e relatórios em que vai tomar parte por escrito, nesta Assembleia. Disse. ---------- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria** Prazeres dos Santos Varges Gomes, bom, as perguntas do deputado municipal Natalino Alves e da deputada municipal Marta Caetano, são iguais, portanto é a mesma questão, do endividamento excessivo. É assim, entendam-se! Ou fazemos obra, ou pagamos dívida. Agora, uns a pedir para fazermos obra, outros a pedir para pagarmos dívida, assim não nos entendemos, e de facto, os portimonenses precisam de obra, precisam de obra que não foi feita há muitos anos e temos que a fazer e mais, sem fazermos nenhum pagamento, em 2025, da forma como temos vindo a cumprir até aqui, 2025, sairemos do endividamento excessivo. Ó senhor deputado, eu estou-lhe a responder! Eu ouvi a sua pergunta e estou-lhe a responder e, portanto, é assim, em 2025, saímos do endividamento excessivo. Portanto, não vamos pagar, não vamos, não, sinceramente não vamos amortizar, vamos fazer obra para os portimonenses, vamos fazer habitação social, vamos fazer aquilo que é preciso para que os portimonenses tenham aquilo que

necessitam, mais nada. ------





----- Não tenho ainda, ainda não tenho. Olhe, posso-lhe dizer qual é neste momento os fundos disponíveis. Os fundos disponíveis hoje, é de vinte e cinco milhões e não sei quantos, ou vinte e nove milhões, pronto, os fundos disponíveis, atenção que é uma coisa... o que lhe posso dizer é isso e nada mais. ---------- Depois, o senhor deputado municipal Custódio, fez a mesma pergunta que o senhor deputado municipal João Caetano, relativamente ao campus universitário. Relativamente à universidade, houve uma conversa, uma não, já várias conversas minhas e do executivo com o senhor reitor da universidade do Algarve, de facto, o polo não pode continuar a funcionar no local onde está, porque não pode ter mais cursos obviamente e tem quatrocentas e tal pessoas, enquanto que a privada segundo creio já ultrapassou mil e, portanto, nós temos que ter aqui uma universidade do estado, uma universidade pública, que dê resposta aqui ao Barlavento algarvio. Isso é um ponto de honra. O que é que nós fizemos, como sabem, há uma área que era destinada a um centro comercial, a uma piscina coberta, um campo de futebol, etc. Portanto, essa zona, essa área é que ficará destinada à universidade. A outra área da habitação, portanto nós separámos, fizemos a separação das duas áreas e a outra naturalmente irá a concurso público, não, mas irá a hasta pública, desculpem que me faltava o termo, irá para hasta pública e quem der mais, dá. Entretanto, o senhor reitor, obviamente que isto ainda não foi discutido no executivo, não vou discutir lá fora, porque entendo que qualquer pessoa de bom senso nesta terra, defenderá que devemos ter um bom campus universitário e, portanto, acho que até era uma ofensa para os portimonenses perguntar-lhes se querem ou não um campus universitário. Acho que isto era ofensivo, era ofensivo. Portanto, isto vai a reunião de Câmara e virá à reunião da Assembleia Municipal, porque está aqui quem representa o povo e, portanto, quem representa o povo vota e diz se quer ou não, é tão simples quanto isto. Acho que é ofensivo estar a debater esta questão com os portimonenses, ou os portimonenses são burros? Não são, qualquer um defenderá que esta cidade mudará e este município mudará, se tiver aqui um campus universitário como deve ser, porque para além do campus universitário, pode ter e deve ter e vai ter residências universitárias. Aliás, para isso até já há apoios da União Europeia. ----------- Depois, castelo de Alvor. O castelo de Alvor, foi o senhor deputado municipal Custódio. Nós já comprámos duas casas, portanto falta comprar outra para nós deitarmos aquilo tudo abaixo e, portanto, ficarmos com a muralha à vista. Era isso que queria saber, não é? Portanto, ficarmos com a muralha à vista. ----------- Cruz da Parteira. Os ciganos não estão num espaço público, aquele espaço é privado e o senhor o que nos respondeu, é que autorizou que eles lá estivessem e, portanto, nem a polícia





nem ninguém os pode tirar de lá, porque eles estão devidamente autorizados pelo senhor Marques, para estarem naquele local, que é o proprietário do terreno, e agora vêm-nos perguntar se nós queremos comprar o terreno. Claro, agora minado da forma como está, agora é que nos vem vender o terreno, ou é que vem propor que a gente compre o terreno. -----O senhor deputado municipal Natalino Alves, ao seu jeito, vem sempre assim com umas achegas, é bom voltar a ver-me, ainda bem que gosta de me ver, eu também gosto de o ver, mas olhe sinceramente sempre que outros valores mais altos se levantarem, eu continuarei a faltar, continuo a dizer. Quando tiver que ir para Bruxelas, ou quando tiver reuniões importantes e quando o senhor souber o que é que eu fui fazer nessa segunda-feira, o senhor vai-me agradecer por eu não ter estado agui, e vai dizer assim, «fez muito bem não ter estado na reunião da Assembleia Municipal e ter ido fazer essa reunião», e um dia destes eu vou-lhe dizer o que é que eu fui fazer, aliás, há-de ser público e, portanto, quando lhe disser o senhor vai-me agradecer e vai dizer assim, «fez muito bem não ir à reunião para resolver esse problema». ---------- Desculpe, ó senhor deputado Natalino, eu sei muito bem aquilo que o senhor quer dizer, eu sei muito bem aquilo que o senhor quer dizer! Não, não, eu sei muito bem, mas não vamos entrar aqui em debate nem em diálogo e eu terei muito gosto em estar aqui sempre que possa, garanto-lhe. Olhe, eu neste momento saí da festa de aniversário do primeiro ano do meu neto, vim para aqui e deixei as pessoas em casa, na minha casa e às seis da manhã tenho que me levantar para ir para Lisboa apanhar o avião e estou aqui. ----------- Depois, a lei da proteção do denunciante. Está a ser implementada neste momento, portanto está a ser concretizada e obviamente que relativamente àquilo que se passa no Comité das Regiões, eu darei a informação que eu entender, porque eu fui nomeada em Conselho de Ministros, não foi nomeada pela Assembleia Municipal nem pela Câmara. Agora, eu darei as informações que eu entender e quando eu entender e mais nada. Muito obrigada, não tenho mais nada a dizer. ---------- Aliás, eu peço desculpa, ó senhora Presidente, eu pergunto ao meu colega Rui, quantas vezes deu conhecimento também do que fazia nas comissões nas suas assembleias municipais? Não, não tem que me responder, porque eu já sei, não é? Eu já sei, obviamente. Aliás, nós não representamos lá nem a Câmara de Monchique, nem a Câmara de Portimão, nem o Algarve. Nós representamos o país, quando lá esteve o senhor vereador, representava o país, não era a região do Algarve e, portanto, está muito enganado e conhece muito pouco e sabe muito pouco daquilo que são os órgãos da União Europeia, e lamento, porque o senhor tinha obrigação de saber e





demonstra um desconhecimento total sobre a forma como funcionam, o que é que representam e o que é que são. ----------- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano, é só para dizer o seguinte em relação ao campus universitário. A senhora percebeu a minha questão, ninguém aqui está contra a construção do campus universitário, a questão aqui é saber se vai ser ali e porque é que vai ser ali ou noutro sítio, e para se decidir que vai ser ali, não foi a senhora com certeza, penso eu, espero eu que não tenha sido a senhora que um dia se lembrou que aquele sítio era bom, sem haver estudos, sem saber os impactos que um campus universitário vai ter, com o trânsito, com alterações naquela zona e que decidiu sozinha que vai ser ali. Essa questão foi a que eu lhe coloquei. Não está aqui em causa a construção do campus, a senhora deturpou a questão que eu lhe fiz, a conveniência é sua. A questão aqui, é saber se antes da decisão ser tomada vai ser discutida publicamente, e não discutir esta decisão é que é faltar ao respeito aos portimonenses, senhora Presidente, porque a senhora quando se candidatou o ano passado, não anunciou que o campus ia ser naquele terreno. Portanto, a senhora é que, decidindo sem discutir essa questão publicamente, está a faltar ao respeito aos portimonenses. Disse. ----------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Luís Filipe Custódio**, para dizer que em relação ao castelo de Alvor, aquilo que lhe estava a dizer, é que já começaram obras de requalificação que estão paradas. Portanto, de certa forma ainda não percebi bem porquê, porque puseram lá tipo uns cavaletes para o muro não cair e abandonaram aquilo, e isso é uma questão que está aqui. ---------------------- Outra questão que eu queria também colocar já agora, é em relação ao processo 42/02 da Prodpicture, Portugal Productions, em que pé é que está a situação do pagamento dos duzentos e quarenta e nove mil euros e setenta e cinco euros mais os juros, em que pé é que está essa situação também, portanto, se há alguma informação nesse sentido. ----------- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da** Mota, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que tem uma situação que constatou, que com a nova escola hoteleira, na antiga cadeia, o estacionamento vai ficar ainda mais difícil para os moradores naquela zona e também os comerciantes que lá laboram. Posto isto, recomenda-se que no terreno baldio junto à ilha ecológica na Quinta da Horta, que fosse limpo ou arranjado, de maneira que fosse colocado para que houvesse ali estacionamento para os moradores e também para as pessoas que vão operar na escola hoteleira, seja aos alunos, como professores. Porque aquela zona já tem muita falta de estacionamento, ainda por cima também





temos o mesmo problema que a moção que o Chega trouxe aqui dos jacarandás, não é o nome das árvores? Que estragam os carros todos, aqueles estacionamentos muitas vezes não se pode pôr lá os carros e depois temos o problema de falta de estacionamento ali naquela área envolvente. Por isso, recomenda-se naquele terreno baldio, que houve em tempos, que o PS teve isso nos vossos programas, que la construir a nova sede da filarmónica, já que a filarmónica está bem instalada penso eu na Casa das Artes, que neste terreno fosse feito estacionamento que vai ajudar muito àquelas áreas. Tenho dito, obrigada ----------- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Noqueira, gostaríamos de perguntar para quando a construção do cemitério, promessa eleitoral do Partido Socialista anteriormente, no anterior mandato, neste esperemos ----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria** Prazeres dos Santos Varges Gomes, bom, relativamente ao senhor deputado municipal Pedro Mota, a limpeza do terreno, sim, nós vamos fazer isso, portanto vamos fazer ali um arranjo por forma a que haja ali também o estacionamento. Portanto, não se justifica que esteja assim abandonado, portanto vamos fazer isso e obrigada também pela proposta, obviamente, tomámos a devida nota. ----------- Depois, relativamente ao cemitério, senhora deputada municipal, só está dependente daquela luta que nós temos com aquele senhor. Portanto, o projeto está feito, só falta agora resolvermos o problema com aquele cavalheiro. Quando resolvermos o problema com aquele senhor, lançamos o concurso, porque o projeto já está feito. Portanto, temos ali aquela pendência. ----------- Depois, relativamente aos trabalhos, não começaram nenhuns trabalhos em Alvor. Não, não começaram, se calhar está é alguma coisa para estabilizar alguma parede, mas trabalhos mesmo não começámos ainda. É que eu não sei de que é que está a falar do castelo de Alvor, não estará a falar antes da entrada onde estamos a fazer o cemitério? Do Morabito? Obrigada. ------- Pediu o uso da palavra, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvor **Ivo Miquel <u>Inácio Carvalho</u>**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que, no sentido de tentar esclarecer, presume que a obra que esteja a apontar tem a ver com a obra do privado adjacente ao castelo que está e foi obrigado a fazer a conservação do muro do castelo. Portanto, na zona exterior os trabalhos que estão a ser feitos são de conservação por parte do privado. Portanto, esses trabalhos estão a decorrer dentro da normalidade, portanto nós temos acompanhado no que respeita à zona interior do castelo e é isso que tem vindo a ser feito.





Presumo que seja essa questão, porque tirando isso nada mais neste momento se está a passar na envolvente do castelo. Obrigada, senhora Presidente. ---------- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega <u>Mário Nelson de Barradas</u> **Espinha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a semana passada, na primeira sessão, tinha feito uma pergunta sobre o centro de convívio sénior de Portimão, mas por lapso não lhe foi respondido. Gostaria de reiterar a pergunta, quais as medidas a ser tomadas para a reabertura do centro de convívio sénior de Portimão. É que segundo a informação da senhora Presidente, está fechado desde junho por falta de pessoal. Muito obrigada. ----------- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez** Guerreiro, para dizer ao senhor deputado que tem ideia que foi respondido pela senhora vereadora, mas isso não quer dizer que a senhora vereadora não possa, se assim o entender a senhora Presidente tomar a palavra e clarificar. ----------- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Chega <u>Mário Nelson de Barradas</u> **Espinha**, peço então desculpa, porque não ouvi. Peço desculpa. ---------- Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos** Santos Mendes, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que relativamente a essa questão respondeu na semana passada. Eu recordei, conforme já tinha dito também numa Assembleia e numa reunião de Câmara, temos três animadoras de baixa, que se mantêm de baixa. Na altura em que esteve encerrado, os utentes foram distribuídos pelo centro do Pontal e das Sobreiras. Agora aquele centro vai realmente reabrir nalguns períodos com o técnico de informática num projeto que nós vamos ter, que é um projeto digital e ainda com a ajuda de um CEI que já entrou, na última Assembleia ele ainda não tinha sido colocado, neste momento já foi colocado, a entrevista já foi feita e já está colocado e uma animadora que se irá deslocar do centro da Cruz da Parteira, que vamos fazer aqui um desdobramento entre a Cruz da Parteira e as Sobreiras, porque realmente existem períodos em que não se justifica o centro da Cruz da Parteira estar aberto nos períodos da manhã e vamos deslocar a técnica para as Sobreiras. Isto até arranjarmos uma outra solução mais definitiva. Disse. ----------- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do Chega Patrícia Ferro, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que sem mais demoras, o que o Custódio há um bocadinho tentou dizer não era em relação à Cruz da Parteira, mas sim ao antigo Ministério da Agricultura. Era essa zona que nós queríamos saber, porque no meu conhecimento aquilo pertence ao estado. Obrigada. ------





----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria** <u>Prazeres dos Santos Varges Gomes</u>, para dizer que vai dar a resposta muito rapidamente. Esse terreno de facto, está na listagem dos terrenos que nós vamos receber na transferência de competências e, portanto, vai passar para a Câmara, neste momento ainda não é, ainda é do Ministério da Agricultura e, portanto, mesmo que os ciganos lá estejam, nós não temos autoridade para os mandar sair, só tem autoridade exatamente a Direção Regional de Agricultura, mais ninguém e, portanto, é esta a situação. Obrigada. ---------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega Luís Filipe Custódio, para dizer que tinha feito a pergunta sobre o processo que estava da Prodpicture que não foi respondida, e em relação ali às obras do castelo, apesar de ser uma propriedade particular, ninguém está a trabalhar e se vocês repararem estão lá com pilares, a tentar suster a muralha do castelo, portanto, que está na iminência de poder cair a qualquer momento. É uma questão de vocês fazerem averiguações. ----------- Eu tenho aqui fotografias, se quiser ver, eu posso mostrar. Está bem? Obrigada. ----------- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria** Prazeres dos Santos Varges Gomes, para dizer que não tem neste momento informação para lhe dar, não está aqui a senhora chefe de divisão dos assuntos jurídicos e, portanto, não lhe consegue prestar essa informação. Mas naturalmente que tomaremos a devida nota e faremos chegar a informação sobre esse processo. Neste momento, não tenho, se estivesse aqui, certamente no primeiro dia, esteve cá a Dra. Helena Pereira e poderia ter dado a resposta, neste momento, não consigo dizer-lhe. Muito obrigada. ----------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD Vítor Manuel Campos Couto, para agradecer as explicações dadas pela senhora Presidente, mas parecem-lhe um pouco escassas. Um ano para refazer o procedimento concursal para o parque da juventude, para a sua requalificação para dividi-lo em lotes, parece-me imenso tempo que passou. Tanto mais que depois também não me diz em quantos lotes é que dividiu e qual a sua calendarização, ou seja, um projeto que já devia estar feito há anos, continuamos sem saber quando é que vai ser concretizado. ----------- Relativamente também à auditoria que foi feita, também não me parece certo que tenham implementado todas as recomendações e vou só falar agora aqui numa por causa do tempo que escasseia. Uma das recomendações que é feita, é que pelo cumprimento da associação humanitária de bombeiros da legislação fiscal e das regras da contratação pública quando esteja em causa a prestação de serviços e a tal seja sujeita. Eu relembro que parques de





estacionamento foram este ano, este verão, explorados por esta associação, e que eu me lembre
não foram emitidos recibos com IVA e coisas do género. Muito obrigado
Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal <u>Isilda Maria</u>
Prazeres dos Santos Varges Gomes, para dizer que está tudo legalizado, é só perguntar às
finanças, porque está legalizado nas finanças devidamente
Relativamente a um ano, de facto, parece muito tempo, mas nós não temos só esse
projeto nas mãos
Quanto ao número de lotes, sinceramente agora quando for à reunião de Câmara,
naturalmente que diremos qual é o número dos lotes e o que é que cada um dos lotes envolve e
depois há-de vir aqui também com certeza à Assembleia Municipal. Não sei se vem, se não vem,
depende dos valores depois. Muito obrigada
Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal <u>Isabel Andrez</u>
<u>Guerreiro</u> , já agora, deixar aqui só uma palavra à senhora Presidente, já que referiu isso e uma
vez que estamos a passar entre um assunto e o outro da ordem de trabalhos, dar-lhe os
parabéns pelo facto de ser hoje a avó do menino de um ano e, portanto, a política também se faz
de afetos e então os meus parabéns
Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD ${\it \underline{Vitor\ Manuel}}$
<u>Campos Couto</u> , para dizer que gostaria de fazer um requerimento para a ata dirigido à senhora
Presidente, se fosse possível
Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal <u>Isabel Andrez</u>
<u>Guerreiro</u> , para perguntar em que ponto da ordem de trabalhos é que o deputado se inscreve
Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD $\underline{\textbf{Vítor Manuel}}$
<u>Campos Couto</u> , para dizer que não é em ponto nenhum, é fazer um requerimento à mesa
Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal <u>Isabel Andrez</u>
Guerreiro, para esclarecer que, ou é um ponto de ordem à mesa pela condução ou a não boa
condução dos trabalhos, ou então não sabe como é que poderá fazer o requerimento neste
momento
Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD $\underline{\textbf{Vítor Manuel}}$
<u>Campos Couto</u> , para dizer para a senhora Presidente deixar estar. Será entregue por escrito e
64 la anno alcano a ci. Musika alcuina da
fá-lo-emos chegar a si. Muito obrigado
Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal Isabel Andrez





-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **<u>Isabel Andrez Guerreiro</u>** informou que se seguia para apreciação o ponto 4) da ordem de trabalhos. -----4.a) Apreciação e Votação da designação para o triénio 2023-2025 do Fiscal Único Johnny Viegas Laurência, ROC nº 1687, e como suplente João Miguel Pinto Galvão, ROC nº 587, ao abrigo do nº 3 do artigo 26º da Lei 50/2012 de 31/08, - Compete ao órgão deliberativo da entidade pública participante designar o fiscal único da empresa local, sob proposta do órgão executivo, nos termos da Proposta - Deliberação de Câmara nº 570/22, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. ----------- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano, para dizer que a questão é muito breve e concreta. Daqui da documentação que nos foi entregue, constatamos que foi uma escolha, penso que já não é a primeira vez que esta sociedade dos revisores oficiais de contas é escolhida para auditar e certificar as contas da EMARP, mas foi uma escolha natural, porque vem na sequência de exercícios anteriores e de contratos anteriores. Portanto, a pergunta é óbvia, é porque é que não foi ponderado eventualmente abrir um concurso para eventualmente receber outras candidaturas de outras sociedades com igual certificação e iguais habilitações também para desempenhar estas funções e porque é que foi decidido de uma forma imediata renovar aqui a atribuição destas funções a esta sociedade de revisores oficiais de contas e ao ROC em concreto que está aqui proposto. Obrigado. ----------- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria** Prazeres dos Santos Varges Gomes, naturalmente porque merece a nossa confiança, porque tem feito um excelente trabalho e, portanto, não há razão para mudarmos, não há nenhuma razão para mudar. Um excelente trabalho, total confiança, as contas têm dado sempre certas e, portanto, não temos razão nenhuma para mudar, aliás, podíamos até mudar era para pior e, portanto, continuamos assim. Muito obrigada, nada mais a acrescentar. ---------------- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega Mário Nelson de Barradas **Espinha**, para dizer que pensa que este fiscal único está ao abrigo da lei 50/2012 de 31 de agosto número três do artigo vigésimo sexto, diz assim, «compete ao órgão deliberativo da entidade pública participante designar o fiscal único da empresa local, sob proposta do órgão executivo». Ora bem, o senhor deputado João Caetano, faz, eu faria também e no fim faço, porque é que não lançado um concurso, mas depois de ler a lei, sei que esta lei constrange essa seleção. Eu só queria fazer uma pergunta ao executivo, ou a alguém da EMARP que esteja presente. Penso que este Johnny Viegas Laurência faz serviços para a EMARP desde 2017. Eu





VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	0	1	0	28
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	1	0	1	2
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

^(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/ Nós Cidadãos/Aliança). ------

prendem com dois aspetos aqui do regulamento que vem aqui a discussão hoje. ------





----- A primeira questão, prende-se com os critérios para a atribuição de licenças no mercado. Eu li com atenção aqui o teor do regulamento, penso que há aqui uma disposição, não lhe consigo dizer agora qual é porque tenho aqui o tablet a não abrir, mas há uma disposição que fala na questão da atribuição de licenças em caso de caducidade das licenças atribuídas, ou de retirada da licença a algum operador, e a questão na nossa ótica prende-se com acharmos que devia ficar aqui previsto expressamente no regulamento condições objetivas para a atribuição de novas licenças, nomeadamente prazos. Diz-se aqui a dado passo que é por hasta pública, mas não se sabe, enfim, presumo que se remeta depois para editais a publicar mais tarde, mas o regulamento definindo aspetos tão minuciosos como a limpeza, como a publicidade, etc. no mercado municipal, pensamos nós que também deveria definir de uma forma detalhada a questão das licenças e os critérios materiais para a atribuição das licenças caso hajam licenças para atribuir, não é o caso, o regulamento é omisso, só fala ali a dado passo sobre a questão de, havendo alguma licença para atribuir, depois, enfim, ser publicitada através de edital. E depois aqui no anexo das penalidades, há aqui uma referência que eu andei aqui à procura, mas creio que haverá aqui algum lapso na remissão que é efetuada nesse anexo. ----------- Quando se fala, quando se apresenta o elenco de infrações com as penalidades que são eventualmente aplicáveis, depois creio que no número dois, há uma remissão que está incorreta, porque diz, outros comportamentos. -----------Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **<u>Isabel Andrez Guerreiro</u>**, para perguntar ao deputado número dois de que disposição? Que é para nos situarmos, se faz favor. ----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano, para dizer que é no anexo das penalidades, senhora Presidente. ----------- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez** Guerreiro, para dizer que está a ver. Regime de aplicação de penalidades é o artigo vinte e nove, É isso? ---------- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano, para dizer que não. No anexo, eu disse o anexo das penalidades. Tem um anexo. ----------- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal Isabel Andrez Guerreiro, para dizer que pensa que é o anexo, este. Mas pronto posso não estar a ver bem, por isso é que lhe estava a perguntar. ------





----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria** Prazeres dos Santos Varges Gomes, para dizer regime de aplicação das penalidades, está aqui. Não está cá anexo nenhum. ------------ Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano, para dizer que está. Há cinco anexos, e há um anexo das penalidades, é o anexo cinco exatamente pronto. E fala-se aí no elenco das penalidades, depois há um número dois que remete para o artigo dizendo que a enumeração não é exaustiva, ou seja, querendo dizer que além daquele elenco de infrações que podem gerar penalidades, podem existir outros comportamentos que podem eventualmente gerar também a aplicação de sanções, e essa remissão penso que não está bem feita, porque, pelo menos da forma como está redigida, parece-me que é ininteligível. ----------- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez** Guerreiro, mas está a falar no número dois? ----------- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano, para dizer que o NE05 diz assim, «artigo vinte e nove do Regulamento Interno Geral, Penalidades». Depois tem vários números, o número seis elenca as penalidades aplicáveis, as sanções aplicáveis e o número sete diz o seguinte, eu vou citar, «as penalidades acima referidas, bem como o facto que lhes deu origem, serão registadas»... não é esta, peço desculpa, é das sanções pecuniárias, assim é que é. Tem um elenco no número um e depois no número dois diz assim, «outros factos que não os acima referidos, designadamente a prática de outros atos atentatórios do bom e regular funcionamento do mercado, podem ser geradores da aplicação de penalidades a serem previstas no número seis. Pelo que o número um do ponto dois supra não reveste a tranche taxativa». Ora, esta remissão para o número um do ponto dois, salvo melhor opinião, parece estar incorretamente efetuada. Eu não sei se isto, enfim, se tem piada aquilo que estou a dizer, parece que está a gerar aqui bom humor na mesa, ainda bem que sim, a senhora Presidente às vezes irrita-se com aquilo que eu digo, agora está bem-disposta, ainda bem, folgo em saber. -------- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para perguntar ao senhor deputado se ele se está a referir à mesa. ----------- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano, para dizer que não, à mesa da vereação, senhora Presidente. ------





----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, então, mas está-se a dirigir é à mesa. ---------- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano, ó senhora Presidente, eu estou a tentar fazer uma intervenção, vejo a reação, enfim, fiz um comentário como a senhora também faz comentários, enfim, já sabemos que os comentários às vezes não são bem-vindos, mas pronto também já estamos habituados. ----------- Dizia eu para terminar, que a questão aqui, é que esta remissão parece estar mal feita, porque uma de duas. Ou este elenco está aqui das sanções e é taxativo, e parece-nos que deve ser, ou então, o número dois, quando diz que outras condutas, outros comportamentos podem gerar sanções, é uma cláusula em aberto que pode gerar aqui, enfim, surpresas para os operadores do mercado, nomeadamente, porque não se sabe de que comportamentos é que estamos a falar, nem se sabe em que medida é que são puníveis, nomeadamente, com que sanções e, portanto, eu perguntava diretamente se este número dois aqui das sanções pecuniárias, com uma remissão que me parece estar incorretamente feita, se é para manter, ou se é para retirar. Disse. ----------- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria** Prazeres dos Santos Varges Gomes, para dizer que responde da forma que entende que deve responder. Este documento, este regulamento foi visto minuciosamente pela nossa jurista, foi visto pelo nosso responsável da proteção de dados e esteve em consulta pública e, portanto, ninguém levantou nenhum problema. Esteve em consulta pública e está à vontade, obviamente eu estou perfeitamente à vontade para manter tudo como está. Eu não sou jurista, a nossa jurista, a nossa chefe de divisão viu, entendeu que estava tudo bem, a proteção de dados entendeu que estava tudo bem. Foi a consulta pública, esteve em consulta pública, ninguém levantou nenhum problema, na altura também, entendo que neste momento está em condições para poder ser aprovado. É tudo quanto posso dizer. ---------- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano, já sabíamos que o documento tinha sido sujeito a discussão pública, ou consulta pública e também já sabíamos, da documentação resulta isso, que tinha sido analisado pelo gabinete jurídico, pela divisão de assuntos jurídicos. Portanto, a senhora Presidente não deu aqui novidade nenhuma. ----------- A questão que eu coloquei é muito simples, é se a senhora Presidente reconhece ou não que há aqui um lapso e se está confortável com a situação de, não se sabendo de que





comportamento é que estamos a falar, porque isto aqui é uma cláusula em aberto, volto a dizer, portanto, e pode gerar aqui alguma arbitrariedade na apreciação de um comportamento, vamos imaginar de um operador do mercado que não caiba aqui no número um, um comportamento qualquer culposo que não caiba aqui no número um. Através do número dois pode ser entendido como um comportamento que possa gerar uma penalidade ou uma sanção, e eu pergunto diretamente, como é que a senhora Presidente depois vai aplicar uma sanção que não está aqui expressamente prevista? Portanto, isto é uma cláusula completamente aberta. A discussão pública, ó senhora Presidente é um fraco argumento vir dizer aqui que esteve em discussão pública, porque isto tinha que estar, é um regulamento com eficácia externa obrigatório. Se as pessoas apresentaram reclamações ou não, isso a nós não nos interessa, nós estamos aqui a fazer a nossa função, e eu estranho é que a senhora venha aqui responder à questão que eu coloquei ainda agora, que é uma questão concreta, dizendo que esteve em consulta pública. Portanto, a minha questão é muito concreta, é esta, se este número dois vai manter-se e caso seja para manter, com que base é que a senhora Presidente vai usar este número dois, eventualmente, para aplicar uma sanção ao operador do mercado. Disse. ----------- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria** Prazeres dos Santos Varges Gomes, só para responder que mantenho, mais nada, não tenho mais nada a referir, nada a acrescentar. ----------- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **<u>Isabel Andrez</u>** Guerreiro, submeteu à votação o ponto 4. b) Discussão e votação do Regulamento do Mercado Municipal de Portimão, ao abrigo da alínea g) do nº 1 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12/09, nos termos da Proposta - Deliberação de Câmara nº 614/22, tendo sido obtido o

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	3	0	0	0	1	0	19
ABSTENÇÕES	0	5	0	0	2	1	0	1	9
VOTOS CONTRA	0	0	0	2	0	0	0	0	2

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/ Nós Cidadãos/Aliança). ------

Foi aprovado por maioria, o Regulamento do Mercado Municipal de Portimão, nos termos da Proposta - Deliberação de Câmara nº 614/22. -----





VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

----- (*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/ Nós Cidadãos/Aliança). ------

----- Foi aprovado por unanimidade, a Abertura de Procedimento Concursal para ocupação de um (1) posto de trabalho em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado para a carreira e categoria de Técnico superior (área de atividade funcional Contabilidade), ao abrigo do nº 2 do art.º 47º da Lei do Orçamento de Estado para 2022, Lei nº 12/2022 de 27/06, nos termos da Proposta – Deliberação de Câmara nº 567/22.

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, <u>Isabel Andrez</u> Guerreiro, informou que se seguia para debate, o ponto 4. d) Discussão e votação da Abertura de Procedimento Concursal para ocupação de dois (2) postos de trabalho em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado para a carreira de Fiscalização e categoria de Fiscal, ao abrigo do nº 2 do art.º 47º da Lei do Orçamento de Estado para 2022, Lei nº 12/2022 de 27/06, nos termos da Proposta - Deliberação de Câmara nº 568/22, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra.





VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/ Nós Cidadãos/Aliança). ----------

----- Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, <u>Isabel Andrez Guerreiro</u>, submeteu à votação o ponto 4.e) Discussão e votação da Abertura de Procedimento Concursal para ocupação de dois (2) postos de trabalho em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado para a carreira e categoria de Assistente Técnico (área de atividade funcional administrativa), ao abrigo do nº 2 do art.º 47º da Lei do Orçamento de Estado para 2022, Lei nº 12/2022 de 27/06, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº 569/22, tendo sido obtido o seguinte resultado:**





VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/ Nós Cidadãos/Aliança). ------

Guerreiro, para dizer que a proposta da conferência de representantes de que faz parte o professor e ela própria enquanto Presidente, o professor Carlos Café, a senhora deputada Cheila Tomé, o senhor deputado José Manuel Figueiredo Santos, o senhor deputado Carlos Gouveia Martins, o senhor deputado João Pedro Caetano, o senhor deputado Mário Barradas Espinha, o senhor deputado Pedro Sousa da Mota, o senhor deputado Ricardo Cândido e a senhora deputada Maria de Lurdes Melo Nogueira. Portanto, foi aprovado em comissão de representantes, ou em conferência de representantes, seis comissões conforme eu já referi. A Comissão de Políticas do Território, a Comissão de Economia e Finanças Locais, a Comissão de Juventude, Educação, Ensino Superior e Emprego, a Comissão de Saúde, Cidadania, Proteção Civil e Proteção e Bemestar Animal, a Comissão de Património, Cultura e Turismo e a Comissão para as Comemorações do Quinquagésimo Aniversário do 25 de Abril. Estas comissões já foram também discutidas quem serão as suas presidências, a presidência da Comissão de Políticas do Território será exercida pelo grupo parlamentar, portanto, PPD/PSD, a Comissão de Economia e Finanças Locais, pelo Bloco de Esquerda, a Comissão de Juventude, Educação, Ensino Superior e Emprego será presidida pelo





Chega, a Comissão de Saúde, Cidadania, Proteção Civil e Proteção e Bem-estar Animal pelo
Portimão Mais Feliz, a Comissão de Património, Cultura e Turismo será presidida pelo PS e a
Comissão para as Comemorações será presidida pela CDU
Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente <u>Ângela Cristina Sintra Ramos</u>
<u>Venâncio Quadros</u> , para perguntar à senhora Presidente se não estava presente nessa
conferência de líderes?
Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal <u>Isabel Andrez</u>
<u>Guerreiro</u> , para dizer que estava
Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente <u>Ângela Cristina Sintra</u>
Ramos Venâncio Quadros, para dizer que não ouviu o seu nome
Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal <u>Isabel Andrez</u>
<u>Guerreiro</u> , para dizer que não, porque o critério foi esse, foi discutido
Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente <u>Ângela Cristina Sintra Ramos</u>
Venâncio Quadros, para perguntar qual foi o critério?
Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal <u>Isabel Andrez</u>
<u>Guerreiro</u> , para dizer que não vai discutir isso agora, já foi feito na conferência de líderes
Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente <u>Ângela Cristina Sintra</u>
Ramos Venâncio Quadros, não, mas eu não percebo qual foi o critério, é que eu ausentei-me.
Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal <u>Isabel Andrez</u>
<u>Guerreiro</u> , ah! É porque se ausentou, ok! Senhora deputada, eu não vou discutir isso, houve
uma conferência de líderes, foi aprovada em ata
Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente <u>Ângela Cristina Sintra</u>
<u>Ramos Venâncio Quadros</u> , para dizer que não ouviu o seu nome. Conferência em que eu estive
presente, senhora Presidente. Não estive? Ou vou continuar a ser ignorada e apesar de ser eleita
democraticamente
Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal <u>Isabel Andrez</u>
<u>Guerreiro</u> , para dizer à senhora deputada que não está isso em causa
Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente <u>Ângela Cristina Sintra</u>
Ramos Venâncio Quadros, para dizer que não está isso em causa? Está isso em causa, isto não
é uma anarquia? Não é uma anarquia?
Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal <u>Isabel Andrez</u>
<u>Guerreiro</u> , para dizer à senhora deputada para fazer a sua intervenção. Eu dou-lhe trinta





VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	0	29
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	1	1

^(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/ Nós Cidadãos/Aliança). ------





Portimão, relativamente à	s questões formuladas pelos cidadão	os, não foi rececionada resposta poi
parte da Câmara Municip	al	
E eu, Telma Mari	a Nunes Matias	Assistente Técnica, a
orestar serviço no Gabine	te da Assembleia Municipal Portimã	o a elaborei e assino, bem como os
elementos componentes c	la Mesa da Assembleia Municipal de	Portimão:
A I	Presidente da Mesa da Assemble	ia Municipal
	(Isabel Andrez Guerreiro)	
	1º Secretário da Mesa da Assem	bleia Municipal
	(Carlos Alberto Garrinho Gonçalve	es Café)
	2ª Secretária da Mesa da Assem	bleia Municipal
	(Sheila Gassin Tomé)	